



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência da República

Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas 17 635

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro ... 17 636
Instituto do Desporto de Portugal 17 636

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Saúde

Despacho conjunto 17 637

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Despacho conjunto 17 637

Ministério das Finanças

Instituto de Seguros de Portugal 17 638

Ministérios das Finanças e da Saúde

Portaria n.º 1483/2003 (2.ª série):

Cria dois lugares no quadro de pessoal do ex-Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, a extinguir quando vagarem 17 638

Despacho conjunto 17 638

Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Despacho conjunto 17 644

Ministério da Defesa Nacional

Gabinete do Ministro 17 644
Gabinete do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes 17 644
Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional 17 644
Estado-Maior-General das Forças Armadas 17 644
Marinha 17 645
Exército 17 645
Força Aérea 17 645

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Gabinete da Ministra	17 649
Departamento Geral de Administração	17 649

Ministério da Administração Interna

Direcção-Geral de Viação	17 649
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	17 650

Ministério da Justiça

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado	17 650
Direcção-Geral dos Serviços Prisionais	17 651
Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação	17 651

Ministério da Economia

Gabinete do Secretário de Estado do Turismo	17 652
Instituto Geológico e Mineiro	17 653
Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial	17 653

Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Direcção-Geral de Protecção das Culturas	17 653
--	--------

Ministério da Educação

Departamento de Educação Básica	17 653
Direcção-Geral da Administração Educativa	17 653
Direcção Regional de Educação do Centro	17 656
Direcção Regional de Educação de Lisboa	17 656
Direcção Regional de Educação do Norte	17 656

Ministério da Cultura

Instituto Português de Conservação e Restauro	17 657
---	--------

Ministério da Saúde

Gabinete do Ministro	17 659
Hospital de São Pedro Gonçalves Telmo — Peniche	17 659
Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento	17 660

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas ...	17 662
---	--------

Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente

Direcção-Geral das Autarquias Locais	17 662
--	--------

Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	17 662
--	--------

Conselho Superior da Magistratura	17 663
Tribunal de Contas	17 663
Tribunal Militar Territorial de Elvas	17 663
Alta Autoridade para a Comunicação Social	17 663
Universidade Aberta	17 663
Universidade dos Açores	17 663
Universidade de Aveiro	17 664
Universidade da Beira Interior	17 664
Universidade de Évora	17 665
Universidade de Lisboa	17 666
Universidade Nova de Lisboa	17 667
Universidade do Porto	17 667
Universidade Técnica de Lisboa	17 668
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	17 670
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa	17 670
Instituto Politécnico de Coimbra	17 671
Instituto Politécnico de Leiria	17 671
Instituto Politécnico de Lisboa	17 673
Instituto Politécnico da Saúde do Porto	17 675
Instituto Politécnico de Viseu	17 675
Centro Hospitalar da Cova da Beira, S. A.	17 676
Centro Hospitalar do Médio Tejo, S. A.	17 676
Hospital de Egas Moniz, S. A.	17 676
Hospital Geral de Santo António, S. A.	17 676
Hospital de Nossa Senhora do Rosário, S. A.	17 678
Hospital de Santo André, S. A.	17 679
Hospital de São Bernardo, S. A.	17 679
Hospital de São Francisco Xavier, S. A.	17 679
Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil — Centro Regional de Oncologia de Coimbra, S. A.	17 679

Aviso. — Com base no disposto no n.º 12 do Despacho Normativo n.º 16/97, de 3 de Abril, foi publicado o apêndice n.º 177/2003 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 274, de 26 de Novembro de 2003, inserindo o seguinte:

Câmara Municipal de Arouca.
 Câmara Municipal do Barreiro.
 Câmara Municipal de Bragança.
 Câmara Municipal de Chaves.
 Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
 Câmara Municipal de Leiria.
 Câmara Municipal de Loulé.
 Câmara Municipal de Mira.
 Câmara Municipal de Moura.
 Câmara Municipal da Nazaré.
 Câmara Municipal de Oeiras.
 Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.
 Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
 Câmara Municipal de Pinhel.
 Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião.
 Câmara Municipal de Tavira.
 Junta de Freguesia de Alcantarilha.
 Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo.
 Junta de Freguesia de Carnide.
 Junta de Freguesia de Miragaia.
 Junta de Freguesia de Odívelas.
 Junta de Freguesia de São Bento do Ameixial.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas**

Despacho n.º 22 959/2003 (2.ª série). — Por despachos do Ministro da Defesa Nacional de 3 de Novembro de 2003, foram autorizadas as individualidades indicadas a aceitarem as seguintes condecorações:

Medalha da NATO

Coronel Carlos Manuel Martins Branco.
Major Hélder Machado Guerreiro.
Major Eduardo Manuel Vieira Pombo.
Major Jorge Manuel Oliveira Dingo.
Capitão António Moreira Ribeiro de Faria.
Capitão José Rui Ramos Duarte.
Capitão Armando José Messias M. Pontes Fernandes.
Tenente Pedro Miguel Moreira Ribeiro de Faria.
Tenente Joaquim Manuel Carvalho Fernandes.
Tenente Artur Manuel Vieira Saraiva.
Tenente António Valentim Barros da Silva.
Tenente Pedro Miguel Guedes de Carvalho.
Alferes Osvaldo Serafim Moreira Dias.
Sargento Luís Carlos Gomes Pereira.
Sargento Manuel João dos Santos Cristóvão.
Sargento Manuel Francisco Trindade Martins.
Sargento-chefe Fernando de Almeida Pereira.
Primeiro-sargento Luís Miguel Ramos Tomé.
Primeiro-sargento Vítor Manuel Teixeira Gomes.
Primeiro-sargento Maria Gourete Oliveira Salvador.
Primeiro-sargento Paulo José dos Santos Ribeiro.
Primeiro-sargento José Carlos Rafael Lopes.
Primeiro-sargento João Manuel Vieira Cajadão.
Primeiro-sargento José Manuel Gonçalves de Barros.
Primeiro-sargento António Júlio Alves Neves.
Primeiro-sargento Armando Martins Ribeiro.
Primeiro-sargento Cristina Maria Ferreira Almeida.
Primeiro-sargento Hélder Almeida Gabriel.
Primeiro-sargento António Costa Oliveira.
Primeiro-sargento Álvaro Nuno de Sousa Soares.
Primeiro-sargento Álvaro Nuno de Sousa Soares.
Primeiro-sargento Carlos Mário Barreiros Durão.
Primeiro-sargento Paulo Alexandre da Costa Lambuzana.
Primeiro-sargento Mateus Amorim de Carvalho.
Primeiro-sargento Mário Jorge Guilherme Dias.
Primeiro-sargento Elsa Maria de Barros Lopes.
Primeiro-sargento Maria de Fátima M. P. F. Novais Monteiro.
Primeiro-sargento David Paulo Moura Ferreira.
Primeiro-sargento Duarte Bruno Vieira Trindade.
Segundo-sargento Adriana Miranda Gonçalves.
Segundo-sargento Toni Ornelas da Silva.
Segundo-sargento Paulo Jorge da Silva Lopes Mendes.
Segundo-sargento José Manuel Abreu Fernandes.
Segundo-sargento Jacinto Marques das Neves.
Sargento José Carlos Morais de Carvalho.
Sargento Aldo Chaves Vieira.
Sargento-ajudante Jorge Manuel Gravantia Fernandes Alberto.
Sargento-ajudante Carlos Manuel Fernandes Soares.
Sargento-ajudante António Joaquim Maia Duarte Pires.
Primeiro-cabo Pedro Miguel Sequeira Lourinho Brás.
Primeiro-cabo Antónia Maria Grosso Cascalhais.
Primeiro-cabo Sérgio Manuel Fernandes Dias.
Primeiro-cabo Ricardo Jorge Duarte Marques.
Primeiro-cabo Hélder Manuel Soares Francisco.
Primeiro-cabo Fernando Jorge Rodrigues da Silva.
Primeiro-cabo Élio António Freitas Monteiro.
Primeiro-cabo Diamantino Sérgio Rodrigues Oliveira.
Primeiro-cabo Sílvio Olímpio Rodrigues Gouveia.
Primeiro-cabo José Márcio Alves da Silva.
Primeiro-cabo José Alberto Góis Pinto.
Primeiro-cabo Ricardo Jorge Jesus Pereira.
Primeiro-cabo Rafael Gonçalves Hilário.
Primeiro-cabo Rogério Emanuel Freitas Caetano.
Primeiro-cabo Rui Alberto Reis Martins.
Primeiro-cabo Marco Paulo Alves Nunes.
Primeiro-cabo Sérgio Filipe Henriques Teixeira.
Primeiro-cabo João Pedro Sousa Araújo.
Primeiro-cabo Horácio Santos Ferreira.
Primeiro-cabo Armando Jorge M. Santos.
Primeiro-cabo Marco Daniel Costa Barbosa.
Primeiro-cabo Francisco de Melo Soares.
Primeiro-cabo Luís Humberto Melo Maradeia.

Cabo-adjunto Sílvia Cristina Gonçalves Pereira.
Cabo-adjunto José Fernando de Jesus.
Cabo-adjunto Vítor Manuel Pereira Ferreira.
Cabo-adjunto, João Pedro Dâmaso Viegas.
Cabo-adjunto Rui Duarte Jardim Freitas.
Cabo-adjunto Jorge Martins Fonseca.
Cabo-adjunto José António Martins Gonçalves.
Cabo-adjunto João Pedro Dâmaso Viegas.
Cabo-adjunto Sérgio José Freitas Miranda.
Cabo-adjunto Sandra Maria Caçoilo Ferreira.
Cabo-adjunto Jorge Miguel da Conceição Lourenço.
Cabo-adjunto Paulo Jorge Ferreira Jordão.
Segundo-cabo António Carlos Santos Vieira.
Segundo-cabo Tobias Miguel Carvalho Barata.
Segundo-cabo Luís da Costa Henriques.
Segundo-cabo Manuel Gonçalo Rodrigues Cruz.
Soldado João Manuel Cavaleiro Damasceno.
Soldado Luís Miguel Pereira Carreira.
Soldado Ilídio Aurélio da Costa Martins.
Soldado Bruno Miguel Esteves Pinto Monteiro.
Soldado António Manuel dos Santos Figueiredo Marques.
Soldado Ricardo Manuel da Silva Henriques.
Soldado Ana Lúcia Morais Marques.
Soldado Rosa Maria Lopes Cunha.
Soldado José Delfim Morais Rodrigues.
Soldado Nelson Márcio de Freitas Garcês.
Soldado Salvador Rafael Armando Gomes.
Soldado Luís Manuel Branco da Costa.
Soldado André Filipe Gaspar Melo.
Soldado Andreia Liliana Cardoso Santos.
Soldado David Ruivo Fernandes.
Soldado Patrick Gomes Alexandre.
Soldado Domingos Mendes Andrade Câmara.
Soldado Fábio Gonçalo da Silva Martins.
Soldado Leonel Bruno Dias Marques.
Soldado Nelson Rodrigues dos Santos.
Soldado Ana Cristina Silva Pereira.
Soldado Ruben Miguel Spínola Jesus.
Soldado Luís Filipe Silva Freitas.
Soldado Pedro Miguel Teixeira Pinto Fernandes.

Medalha da UNTAET

Tenente-coronel Diogo da Silva Pinto Sepúlveda Velloso.
Major Augusto de Barros Sepúlveda.
Capitão João Carlos de Miranda Saborano.
Capitão João Paulo Mexia Favita Setoca.
Capitão Artur Guilherme Ramos de Matos Efigénio.
Sargento-chefe Alexandre José António de Almeida Coelho.
Sargento-ajudante Jorge Manuel Vieira Elias.
Sargento-ajudante José António de Miranda Serejo Julião Monteiro.
Primeiro-sargento Maria Gourete Oliveira Salvador.
Primeiro-sargento Alberto Joaquim Bácia Soares.
Primeiro-sargento António Eduardo de Barros Oliveira Bizarro.
Primeiro-cabo Orlando Sérgio Martins Gomes.
Primeiro-cabo Bento Isaías da Ponte Cordeiro.
Primeiro-cabo Hélder Manuel Costa Moniz.
Primeiro-cabo Sérgio Filipe Henrique Teixeira.
Primeiro-cabo Pedro Miguel Medeiros Silva.
Primeiro-cabo Rui Francisco de Aguiar Furtado.
Cabo-adjunto Nuno Alípio Cardoso.
Cabo-adjunto João Gil Mendonça Furtado.
Segundo-cabo Hugo Miguel Matias Gonçalves.
Soldado Rui Manuel da Costa das Neves.
Soldado Moisés António Teixeira.
Soldado Hélder Duarte Miranda Fernandes.
Soldado José Fernando Teixeira Costa.
Soldado Manuel Castro Vieira.
Soldado Márcio Alexandre Nogueira Afonso.
Soldado Márcio Miguel Alves da Costa.
Soldado Paulo Sérgio do Carmo Batista.
Soldado Carlos Manuel Batista Ferreira.
Soldado Pedro Rui Lobo do Cruzeiro.
Soldado Emanuel Rodrigues de Oliveira.
Soldado Luís Filipe Venâncio Raposo.
Soldado Pedro Castelo Cabeleira.
Soldado Cassiano Humberto Pimenta Claro.
Soldado Carlos Ferreira Cunha.
Soldado Mauro André Carneiro Barroso.
Soldado Epifânio da Conceição Fidalgo.
Soldado Paulo Miguel Loureiro Correia.
Soldado José Paulino Alves da Fonte.
Soldado Jorge Manuel Baptista Lourenço.
Soldado Joaquim Amadeu Gomes Vaz.

Soldado Paulo Jorge Pires Machado.
 Soldado Amável Gomes Ferreira.
 Soldado Bruno José Martins Moraes.
 Soldado Nuno Miguel Figueiredo Rodrigues.
 Soldado Marco Paulo Nobre do Cabo Pereira.
 Soldado António José Noro Meireles.
 Soldado Carlos Manuel Guerra Fernandes.
 Soldado Hélio Rui dos Santos Gonçalves.
 Soldado Luís Filipe Santos Freitas.
 Soldado Miguel Ângelo Dias Chagas Gomes.
 Soldado Márcio do Outeiro Santos.
 Soldado Rui Sérgio de Assunção Borges.
 Soldado Carlos Herculano Sousa.
 Soldado Rui Manuel Teixeira Poinho.
 Soldado Mário Jorge Dias Gomes.
 Soldado Carlos Augusto Pires Torrado.
 Soldado Fernando Manuel de Oliveira Sampaio.
 Soldado Hélder Manuel Campolongo Matos.
 Soldado Daniel Sousa Mendonça.
 Soldado Hélder Miguel Medeiros Andrade.
 Soldado Rui Medeiros Santos.
 Soldado André Emanuel Cabral Amaral.
 Soldado Bruno Filipe Santos Correia.
 Soldado Ricardo José Raposo Oliveira.
 Soldado Paulo Roberto Lopes Amaral.
 Soldado Bruno Ventura Furtado.
 Soldado Paulo Alexandre Garcia Teves.

Medalha EUROFOR

Coronel Frederico José Rovisco Duarte.
 Coronel Carlos Manuel Martins Branco.
 Coronel Edorindo dos Santos Ferreira.
 Coronel Edorindo dos Santos Ferreira.
 Tenente-coronel Manuel Lopes Nunes dos Reis.
 Tenente-coronel José Nunes da Fonseca.
 Tenente-coronel Carlos Alberto Grincho Cardoso Perestrelo.
 Sargento-chefe João Manuel da Silva Soares Franco.
 Sargento-chefe Luís Manuel S. Santana Correia.
 Sargento-ajudante Inocência Soares Dias.

Medalha ONUMOZ

Capitão Miguel Carneiro Monteiro.

Medalha UNMISSET

Major Jorge de Seixas de Azevedo.
 Primeiro-sargento Carlos Mário Barreiros Durão.

Grã-cruz da Ordem de Mérito Aeronáutico com distintivo branco, Espanha

Major-general Eduardo Alberto Madeira de Velasco Martins.

17 de Novembro de 2003. — O Secretário-Geral das Ordens, *José Vicente de Bragança*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 22 960/2003 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, dou por findo, a seu pedido, o exercício de funções da licenciada Maria Alexandra dos Santos Vilela como coordenadora da Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento, cargo para que havia sido nomeada pela resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2002, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Novembro de 2002, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2003.

6 de Novembro de 2003. — O Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, *José Luís Fazenda Arnaud Duarte*.

Instituto do Desporto de Portugal

Despacho n.º 22 961/2003 (2.ª série). — Nomeação da comissão de fiscalização dos espaços de jogo e recreio do distrito de Setúbal. — Nos termos e para os efeitos dos artigos 32.º, 33.º e 37.º do Decreto-Lei

n.º 379/97, de 27 de Dezembro, designo a delegada distrital do Instituto do Desporto de Portugal de Setúbal, Dr.ª Teresa Alexandra Veiga da Costa, para promover, calendarizar e acompanhar a fiscalização anual a todos os espaços de jogo e recreio localizados na área da circunscrição cuja entidade responsável pela sua gestão seja a Câmara Municipal. Nomeio ainda para integrar a comissão técnica de inspeção os delegados concelhios de saúde da Delegação Regional de Setúbal, para os concelhos de Alcácer do Sal e Alcochete, Dr.ª Rosa Freitas, para o concelho de Almada, Dr. José Manuel Lourenço, para o concelho do Barreiro, Dr. Mário Durval, para os concelhos de Grândola e Sines, Dr. Ismael Selemane, para o concelho da Moita, Dr.ª Ana Cristina Guerreiro, para o concelho do Montijo, Dr.ª Natalina Ganhão, para o concelho de Palmela, Dr. Manuel Justo Gardete, para o concelho de Santiago, Dr. Joaquim Toro Lopez, para o concelho do Seixal, Dr. Carlos Nunes Pereira, e, para o concelho de Sesimbra, Dr.ª Margarida Cosme, e, ainda, a engenheira Cândida Maria Pité Madeira, do Centro Regional de Saúde Pública — Pólo de Setúbal, e o arquitecto Jorge Teixeira Lopes, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

10 de Novembro de 2003. — O Presidente, *José Manuel Constantino*.

Despacho n.º 22 962/2003 (2.ª série). — Nomeação da comissão de fiscalização dos espaços de jogo e recreio do distrito do Porto. — Nos termos e para os efeitos dos artigos 32.º, 33.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro, designo a delegada distrital do Instituto do Desporto de Portugal do Porto, Dr.ª Rosa Manuela Araújo, para promover, calendarizar e acompanhar a fiscalização anual a todos os espaços de jogo e recreio localizados na área da circunscrição cuja entidade responsável pela sua gestão seja a Câmara Municipal. Nomeio ainda para integrar a comissão técnica de inspeção os delegados regionais de Saúde do Norte, para o concelho de Amarante, Dr.ª Ana Júlia Gouveia Vieira de Sousa, para o concelho de Baião, Dr.ª Maria Gabriela Lacerda Costa Crachofer, para o concelho de Felgueiras, Dr. Fernando António Figueiredo Dinis, para o concelho de Gondomar, Dr. Silva Castro, para o concelho da Lousada, Dr.ª Cândida Barreira, para o concelho da Maia, Dr. Orlando Manuel Mota Pinheiro Duarte, para o concelho de Marco de Canaveses, Dr.ª Margarida Serra Rebelo Pinto, para o concelho de Matosinhos, Dr. Jaime Baptista, para o concelho de Paços de Ferreira, Dr.ª Maria de Nazaré Gonçalves Neves, para o concelho de Paredes, Dr. Carlos Pinto, para o concelho de Penafiel, Dr. Jorge Gonçalves, para o concelho do Porto, Dr. Armando Jorge Araújo Silva, para o concelho da Póvoa de Varzim, Dr.ª Ana Isabel Cardoso, para o concelho de Santo Tirso, Dr. Pires Sousa, para o concelho da Trofa, Dr. Luciano Santos, para o concelho de Valongo, Dr.ª Maria Elisa Teixeira, para o concelho de Vila do Conde, Dr. Rui Jorge Fernandes Oliveira Costa, para o concelho de Vila Nova de Gaia, Dr. Rui Marques, e, ainda, para os concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses, engenheiro Manuel Freire dos Santos, do Gabinete de Apoio Técnico (GAT) do Baixo Tâmega, para os concelhos de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, engenheiro Fernando João Pires, do GAT do Vale do Sousa, para os concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde, e Vila Nova de Gaia, arquitecto Jorge Manuel de Oliveira Coutinho, da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Norte, e, para os concelhos de Santo Tirso e Trofa, arquitecto António Manuel Tentúgal Valente, do GAT do Vale do Ave.

10 de Novembro de 2003. — O Presidente, *José Manuel Constantino*.

Despacho n.º 22 963/2003 (2.ª série). — Nomeação da comissão de fiscalização dos espaços de jogo e recreio do distrito de Bragança. — Nos termos e para os efeitos dos artigos 32.º, 33.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 397/97, de 27 de Dezembro, designo o delegado distrital do Instituto do Desporto de Portugal de Bragança, Dr. Paulo Manuel Rodrigues, para promover, calendarizar e acompanhar a fiscalização anual a todos os espaços de jogo e recreio, localizados na área da circunscrição cuja entidade responsável pela sua gestão seja a Câmara Municipal. Nomeio ainda para integrar a comissão técnica de inspeção o adjunto do delegado regional de Saúde do Norte, Sub-Região de Bragança, Dr. Victor Manuel Romão Lourenço, e, para os concelhos que integram os respectivos Gabinetes de Apoio Técnico, da Terra Quente Transmontana, engenheiro Rui Manuel Cardoso Alcoforado, da Terra Fria Transmontana, arquitecto José Alves Pimenta, e do Vale do Douro Superior, engenheira Dóniria Jordão Afecto.

10 de Novembro de 2003. — O Presidente, *José Manuel Constantino*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA SAÚDE

Despacho conjunto n.º 1055/2003. — Ficando vago o cargo de presidente dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde torna-se necessário proceder à nomeação de novo presidente.

O currículo profissional do licenciado João Manuel Nabais da Teresa, que se publica em anexo, é revelador de que detém as aptidões exigidas para o exercício do cargo.

Assim, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º e nos n.ºs 1, 6, alínea b), e 7 do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e da alínea a) do artigo 5.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 106/2000, de 17 de Junho, é nomeado, em comissão de serviço, o licenciado João Manuel Nabais da Teresa presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2003.

29 de Setembro de 2003. — O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe Pereira*.

Síntese curricular de João Manuel Nabais da Teresa

Filiação: José Russo da Teresa e Luísa Lousa Nabais.

Estado civil: casado.

Bilhete de identidade n.º 4071609 do arquivo de identificação de Lisboa.

Data de nascimento: 8 de Junho de 1954.

Nacionalidade: portuguesa.

Habilitações literárias: licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Carreira profissional:

- 1974 — admitido nos Serviços Médico-Sociais de Lisboa;
- 1981 — nomeado técnico superior de 2.ª classe do Departamento de Recursos Humanos da Saúde (DRHS);
- 1985 — nomeado técnico superior de 1.ª classe do DRHS;
- 1986 — nomeado técnico superior principal interino do DRHS, nomeado inspector superior do quadro da Direcção-Geral dos Hospitais, cargo equiparado a subdirector-geral e destacado na Comissão Inter-Hospitalar de Lisboa para desempenhar as funções de presidente;
- 1990 — promovido a assessor por aplicação do Decreto-Lei n.º 323/89, de 16 de Setembro;
- 1993 — nomeado director de serviços do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional do DRHS;
- 1994 — nomeado subdirector-geral da Saúde;
- 1996 — nomeado chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Justiça do XIII Governo Constitucional;
- 1999 — nomeado chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do XIV Governo Constitucional;
- 2001 — nomeado subdirector-geral do DRHS;
- 2001 — nomeado director-geral do Departamento de Modernização e Recursos da Saúde.

Actividade profissional:

- No Gabinete Jurídico dos Serviços Médico-Sociais de Lisboa — instrução de processos disciplinares, inspecções aos serviços e emissão de pareceres;
- No DRHS:

Funções técnicas — elaboração de pareceres e projectos de diplomas legais, ministração de cursos de formação, elaboração do projecto «Manual para o pessoal administrativo» e vogal de vários júris de concursos;

Funções dirigentes — coordenação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional e elaboração de estudos relativos à formação, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (FSE);

Direcção do Departamento;

Membro do grupo de trabalho para a fusão do DRHS com a Secretaria-Geral;

Na Comissão Inter-Hospitalar de Lisboa — presidência da Comissão; presidência das reuniões no âmbito do despacho ministerial n.º 21/86; presidência do júri de concursos para pessoal administrativo, técnico superior e técnico superior de saúde; participação em reuniões de trabalho com órgãos de gestão de todos os hospitais da zona sul; participação no 26.º Congresso Internacional dos Hospitais, organizado pela Federação Internacional dos Hospitais da Holanda, como representante do director-geral dos Hospitais; participação em ciclos de conferências organizados pelo Departamento de Recursos

Humanos; participação em seminários, jornadas e colóquios; integrou o grupo de trabalho que levou a cabo a reestruturação dos quadros médicos; desde 1990 até 1993, foi representante da Direcção-Geral dos Hospitais no Grupo de Trabalho do Plano de Assistência Médica no Verão no Algarve (PAMVA); representante do director-geral dos Hospitais, na qualidade de elemento dinamizador, nos hospitais integrados no European Home, and Leisure Accident Surveillance System; coordenador do programa «Rota de Verão, Férias com Saúde»; Na Direcção-Geral da Saúde (DGS) — funções delegadas e sub-delegadas pelo director-geral da Saúde; representante da DGS no projecto SOSENET e na Comissão de Planeamento de Saúde de Emergência; delegado substituto do Ministério da Saúde no Centro Nacional de Operações de Emergência de Protecção Civil; delegado português do Sub-Comité de Coordenação Comunitária (SCCC) do Comité Hospitalar da Comunidade Europeia e delegado substituto no Comité Hospitalar da Comunidade Europeia;

No Gabinete do Secretário de Estado da Justiça — coordenação do Gabinete nas matérias e ou serviços que lhe estavam delegados;

No Gabinete do Secretário de Estado da Saúde — coordenação do Gabinete nas matérias e ou serviços que lhe estavam delegados;

Outras funções — vogal do conselho fiscal da Escola Técnica dos Serviços de Saúde de Lisboa e vogal da comissão de ética do Centro de Alcoologia de Lisboa.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E HABITAÇÃO

Despacho conjunto n.º 1056/2003. — O Decreto-Lei n.º 311/2000, de 2 de Dezembro, aprovou a Lei Orgânica do Gabinete de Estudos e Planeamento, prevendo, no artigo 3.º, que o mesmo seja dirigido por um director equiparado, para todos os efeitos legais, a director-geral.

Encontrando-se o lugar vago, importa, deste modo, efectuar a respectiva nomeação.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 311/2000, de 2 de Dezembro, bem como das disposições constantes dos artigos 3.º, n.º 1, e 18.º, n.ºs 1 e 6, alínea a), todos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, determina-se o seguinte:

1 — É nomeado o licenciado Pedro Alexandre de Magalhães Croft de Moura para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, sendo, para o efeito, requisitado à Caixa Económica do Montepio Geral.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2003.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

- Nome — Pedro Alexandre de Magalhães Croft de Moura;
- Naturalidade — Campo Grande, Lisboa;
- Nacionalidade — portuguesa;
- Data de nascimento — 11 de Abril de 1958;
- Serviço militar — EPI, Mafra, e CIOE, Lamego.

Habilitações — licenciatura em Gestão de Empresas pelo INP — Instituto Superior de Novas Profissões.

Actividade profissional:

- Chefe do Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas desde Abril de 2003;
- Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Habitação entre 2002 e 2003;
- Colaborador como consultor independente da empresa de consultadoria Deloitte & Touche em diversos projectos, nas componentes relacionadas com obras públicas, transportes e comunicações, entre 1997 e 2002;
- Responsável pela elaboração e o acompanhamento de projectos de investimento nas áreas da indústria e dos serviços, em regime de profissão liberal, entre 1997 e 2002;
- Assessor de grupo parlamentar para as áreas das obras públicas, transportes, comunicações e habitação entre 1996 e 2002, em regime de requisição ao Montepio Geral/ Caixa Económica de Lisboa;
- Monitor em acções de formação em 2001 na área dos transportes e obras públicas organizadas pelo CIDEC — Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos;

Técnico do Gabinete de Política de Crédito da Direcção de Planeamento Estratégico do Montepio Geral/Caixa Económica de Lisboa (de Outubro a Dezembro de 1995):

- Análise de risco com vista à avaliação e validação de sistemas de fixação de *plafonds* de crédito;
- Estudos no âmbito da análise da evolução do crédito à aquisição de habitação com vista à fundamentação de decisões relativamente à reavaliação e ao reposicionamento estratégico da instituição de crédito (MG/CE);

Assessor do Secretário de Estado da Habitação e Comunicações do domínio económico-financeiro entre 1990 e 1995, em situação de requisição ao Montepio Geral/Caixa Económica de Lisboa:

- Membro da Unidade de Gestão da IORU — Intervenção Operacional de Renovação Urbana, da Unidade de Gestão da IOT — Intervenção Operacional de Telecomunicações, apoiando os gestores destes programas integrados no QCA II, bem como das respectivas unidades de acompanhamento, que integram ainda os representantes da Comissão Europeia, entre 1994 e 1995;
- Responsável no âmbito da Secretaria de Estado e Habitação pelas iniciativas comunitárias URBAN e PME, a quem coube a apresentação das propostas iniciais relativas ao sector da habitação e construção, bem como o seu acompanhamento e discussão até à sua aprovação, durante 1994 e 1995;
- Participação no estudo e na formalização de programas na área da habitação, dos quais se destaca o IAJ — Incentivo ao Arrendamento por Jovens e o PER — Programa de Erradicação de Barracas;
- Estudo de linhas de crédito referentes quer ao crédito aquisição de habitação quer ao financiamento à construção, e análise de sensibilidade dos respectivos sistemas de bonificação, bem como da introdução de novas modalidades de prestações;

Assessor no Gabinete do Secretário de Estado da Habitação e Transportes Interiores (de Janeiro a Abril de 1990) e no Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes Interiores (de Março a Dezembro de 1989), requisitado ao Montepio Geral/Caixa Económica de Lisboa — recolha e análise de indicadores relativos ao sector dos transportes visando a elaboração de estudos sectoriais e a avaliação permanente destes sectores;

Técnico do Gabinete de Análise de Crédito, órgão de *staff* da administração de instituição bancária — Montepio Geral/Caixa Económica de Lisboa (entre 1988 e 1989) — realização de análises económico-financeiras de empresas, análise e avaliação de projectos de investimento e análises de sensibilidade em elaboração de pareceres técnicos, bem como a proposta/elaboração de modelos informáticos de análise e tratamento de informação para a alimentação de bases de dados, entre 1988 e 1989, no Gabinete de Análise de Crédito de instituição bancária especialmente vocacionada para o sector da construção e habitação.

1 de Novembro de 2003. — O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, *António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Instituto de Seguros de Portugal

Regulamento n.º 60/2003. — *Norma n.º 20/2003-R.* — *Índices.* — Considerando que o capital seguro pelas apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza», tal como o de outras apólices, como as de «Multiriscos habitação», se encontra, frequentemente, indexado a um índice a publicar pelo Instituto de Seguros de Portugal;

Tendo presente que o índice relativo a edifícios é, em determinadas circunstâncias, de aplicação obrigatória aos contratos de seguro contra o risco de incêndio, nomeadamente nas fracções autónomas e partes comuns dos edifícios em regime de propriedade horizontal;

Atendendo a que os índices publicados pelo Instituto de Seguros de Portugal têm como objectivo fornecer aos consumidores de seguros um valor de referência que contribua para evitar, de forma expedita, a desactualização dos contratos contra o risco de incêndio;

Considerando, por último, que compete sempre aos tomadores de seguros, mesmo dos obrigatórios, certificarem-se dos valores a segurar, tendo em conta, entre outras, as eventuais variações regionais face aos índices de âmbito nacional e as alterações dos bens seguros:

O Instituto de Seguros de Portugal, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro, emite a seguinte norma regulamentar:

Os índices a considerar nas apólices com início ou vencimento no 1.º trimestre de 2004 são os seguintes:

- Índice de edifícios (IE) — 288,30;
 - Índice de recheio de habitação (IRH) — 227,80;
 - Índice de recheio de habitação e edifícios (IRHE) — 264,10.
- (Base 100: 1.º trimestre de 1987.)

12 de Novembro de 2003. — O Conselho Directivo: (*Assinaturas ilegíveis.*)

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Portaria n.º 1483/2003 (2.ª série). — Considerando o disposto no n.º 6 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção que lhe foi conferida pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;

Considerando que a licenciada Maria Luísa de Carvalho Lopes, assessora principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, e o licenciado Alberto Manuel Ferreira Pimentel, assessor principal da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social, ambos nomeados em lugares a extinguir quando vagarem, requereram a sua transferência para o quadro de pessoal do ex-Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência:

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Saúde e da Administração Pública, que sejam criados dois lugares de assessor principal da carreira técnica superior, a extinguir quando vagarem, respectivamente nos quadros de pessoal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo e da Direcção Regional do Norte, do ex-Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência, constantes dos anexos IV e II à Portaria n.º 361/99, de 19 de Maio, e mantidos em vigor nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 269-A/2002, de 29 de Novembro.

31 de Outubro de 2003. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Suzana Maria de Moura Alves da Silva Toscano*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, *Adão José Fonseca Silva*.

Despacho conjunto n.º 1057/2003. — Na sequência da reestruturação da Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde, levada a efeito pelo Decreto-Lei n.º 158/2003, de 18 de Julho, e tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 20.º daquele diploma, segundo o qual o pessoal das direcções regionais das instalações e equipamentos da saúde é colocado e afectado nos termos do Decreto-Lei n.º 193/2002, de 25 de Setembro, foi nomeado pelo Ministro da Saúde, ao abrigo do despacho n.º 185/2003, de 27 de Maio, o grupo de trabalho incumbido da fixação dos critérios a aplicar na identificação do pessoal a afectar ao quadro de supranumerários.

Com recurso à aplicação dos critérios definidos e devidamente homologados, foi elaborada pelo referido grupo de trabalho a lista de pessoal a afectar ao quadro de supranumerários que, após consulta prévia dos interessados, foi homologada por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde de 16 de Setembro de 2003.

Observados os trâmites de natureza processual, previstos e regulados no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 193/2002, de 25 de Setembro, determina-se, nos termos do artigo 10.º do mesmo diploma, o seguinte:

1 — São afectados ao quadro de supranumerários, criado para o efeito junto do Departamento de Modernização e Recursos da Saúde, os funcionários das extintas Direcções Regionais das Instalações e Equipamentos da Saúde do Norte, do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo, da Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde, constantes da lista nominativa que se publica em anexo.

2 — A afectação prevista no número anterior produz efeitos à data do presente despacho.

1 de Novembro de 2003. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe Pereira*.

ANEXO

Lista do pessoal dos quadros das ex-Direcções Regionais das Instalações e Equipamentos da Saúde do Norte, do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo afectado ao quadro de supranumerários criado junto do Departamento de Modernização e Recursos da Saúde

Nome	Carreira	Categoria	Vínculo	Escalão	Índice	Serviço de origem	Observações
José Maria Barbosa Alves Pereira	Engenheiro civil	Assessor principal	Nomeação definitiva.	2	770	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde do Norte.	Disponibilidade para colocação.
Balvantarai Ranchande	Engenheiro electrotécnico ...	Assessor principal	Nomeação definitiva.	2	770	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde do Norte.	Disponibilidade para colocação.
António Fernando de Almeida Valente	Engenheiro técnico de electricidade e máquinas.	Técnico especialista principal	Nomeação definitiva.	1	510	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde do Norte.	Disponibilidade para colocação.
José David Castro Gil	Engenheiro técnico de electricidade e máquinas.	Técnico especialista principal	Nomeação definitiva.	3	590	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde do Norte.	Disponibilidade para colocação.
Tâmaro José da Silva Araújo	Desenhador	Técnico profissional especialista principal.	Nomeação definitiva.	1	310	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde do Norte.	Disponibilidade para colocação.
Luís de Almeida Pinto da Costa	Desenhador	Técnico profissional principal	Nomeação definitiva.	5	289	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde do Norte.	Disponibilidade para colocação.
Augusto Silva Martins de Moura	Medidor orçamentista	Técnico profissional especialista principal.	Nomeação definitiva.	2	320	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde do Norte.	Disponibilidade para colocação.
Ilídio Carmindo Gomes Ferreira Lino	Chefia	Chefe de secção	Nomeação definitiva.	2	350	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde do Norte.	Disponibilidade para colocação.
Maria Odete Ferreira Rodrigues Soares Lapa ...	Assistente administrativo ...	Assistente administrativo especialista.	Nomeação definitiva.	4	310	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde do Norte.	Disponibilidade para colocação.
Luís Gonzaga Bandeira da Silva	Fiscal de obras públicas	Fiscal de obras públicas	Nomeação definitiva.	8	259	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde do Norte.	Disponibilidade para colocação.
António Henrique Filipe Nunes Vicente	Engenheiro civil	Técnico superior principal ...	Nomeação definitiva.	2	560	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde do Centro.	Disponibilidade para colocação.
Fernando Henrique Oliveira Alonso	Engenheiro electrotécnico ...	Assessor principal	Nomeação definitiva.	3	830	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde do Centro.	Disponibilidade para colocação.
Mário José Nepomuceno Namora Afonso dos Santos.	Arquitecto	Técnico superior principal ...	Nomeação definitiva.	1	510	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde do Centro.	Disponibilidade para colocação.

Nome	Carreira	Categoria	Vínculo	Escalaão	Índice	Serviço de origem	Observações
Jorge Pereira de Figueiredo e Silva	Engenheiro civil	Assessor principal	Nomeação definitiva.	3	830	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Zita Maria dos Santos Urbano	Engenheiro civil	Assessor principal	Nomeação definitiva.	1	710	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Ana Paula Leitão	Engenheiro civil	Técnico superior de 2.ª classe	Nomeação definitiva.	1	400	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Cristina de São José Cortez Salvador Chaveca ...	Engenheiro civil	Técnico superior de 2.ª classe	Nomeação definitiva.	1	400	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Júlio Matias Mouro	Engenheiro electrotécnico ...	Assessor principal	Nomeação definitiva.	3	830	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Manuel Martins Ferreira	Engenheiro electrotécnico ...	Assessor principal	Nomeação definitiva.	3	830	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Raul Alberto Lamas de Oliveira Xavier	Engenheiro electrotécnico ...	Assessor principal	Nomeação definitiva.	3	830	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
António Miguel de Mendonça Pereira Coutinho	Engenheiro mecânico	Assessor principal	Nomeação definitiva.	4	900	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Dírio Leão dos Ramos	Engenheiro mecânico	Assessor principal	Nomeação definitiva.	2	770	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Em comissão de serviço como director de serviços do Hospital de São José.
Fernando Magalhães Claro	Engenheiro mecânico	Assessor principal	Nomeação definitiva.	3	830	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Em comissão de serviço como director de serviços da Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde.
João Manuel Correia Abrantes	Engenheiro mecânico	Assessor principal	Nomeação definitiva.	2	770	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.

Nome	Carreira	Categoria	Vínculo	Escalão	Índice	Serviço de origem	Observações
Ana Maria Mendes Batista	Arquitecto	Assessor principal	Nomeação definitiva.	2	770	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Benjamim António Grijó Araújo	Arquitecto	Assessor principal	Nomeação definitiva.	3	830	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Hamilton da Silva Alexandre	Arquitecto	Assessor principal	Nomeação definitiva.	2	770	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Carlos José Matias Leitão	Engenheiro técnico de electricidade e máquinas.	Técnico especialista principal	Nomeação definitiva.	2	560	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Eduardo Abel Alves Portugal	Engenheiro técnico de electricidade e máquinas.	Técnico especialista principal	Nomeação definitiva.	2	560	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
João Figueiredo Reis Belo	Engenheiro técnico de electricidade e máquinas.	Técnico especialista principal	Nomeação definitiva.	3	590	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Lutafali Noorali	Engenheiro técnico de electricidade e máquinas.	Técnico especialista	Nomeação definitiva.	3	500	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
António José Rebelo Gameiro	Desenhador	Técnico profissional especialista principal.	Nomeação definitiva.	2	320	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Jaime António de Almeida Castanheira	Desenhador	Técnico profissional especialista principal.	Nomeação definitiva.	2	320	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Maria Helena Pestana Serra	Desenhador	Técnico profissional especialista principal.	Nomeação definitiva.	2	320	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Maria Teresa de Jesus Augusto da Silva Paulo	Desenhador	Técnico profissional especialista principal.	Nomeação definitiva.	4	345	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.

Nome	Carreira	Categoria	Vínculo	Escalaço	Índice	Serviço de origem	Observações
António José Azevedo Feliz	Desenhador	Técnico profissional especialista.	Nomeação definitiva.	4	310	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Isabel de Jesus Alexandre Sever Feliz	Desenhador	Técnico profissional especialista.	Nomeação definitiva.	3	289	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Maria Ivone Gonçalves da Silva Bitoque	Desenhador	Técnico profissional especialista.	Nomeação definitiva.	4	310	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Valério Paiva Duarte Serra	Desenhador	Técnico profissional especialista.	Nomeação definitiva.	4	310	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
António Cândido da Salvação Branco	Desenhador	Técnico profissional principal	Nomeação definitiva.	5	289	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Luís Alberto Reis Marques	Desenhador	Técnico profissional principal	Nomeação definitiva.	5	289	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Vítor Manuel Vieira Pereira	Desenhador	Técnico profissional principal	Nomeação definitiva.	5	289	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Álvaro Clemente Simões Correia	Fiscal técnico de obras públicas.	Técnico profissional especialista.	Nomeação definitiva.	4	310	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Carlos Manuel Ponteiro Assunção	Fiscal técnico de obras públicas.	Técnico profissional especialista.	Nomeação definitiva.	4	310	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Maria de Fátima Castanheira Mateus Flores Mendes.	Chefia	Chefe de secção	Nomeação definitiva.	4	400	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Aníbal da Silva Pinto	Fiscal de obras públicas	Fiscal de obras públicas	Nomeação definitiva.	8	244	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.

Nome	Carreira	Categoria	Vínculo	Escalaão	Índice	Serviço de origem	Observações
João Anatásio Pinto Matias	Fiscal de obras públicas	Fiscal de obras públicas	Nomeação definitiva.	8	259	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
João Barbosa Gerardo	Fiscal de obras públicas	Fiscal de obras públicas	Nomeação definitiva.	8	259	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
José Paulo de Almeida Branco de Oliveira	Fiscal de obras públicas	Fiscal de obras públicas	Nomeação definitiva.	8	244	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Manuel Amadeu de Oliveira Guedes	Fiscal de obras públicas	Fiscal de obras públicas	Nomeação definitiva.	8	244	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Manuel da Silva Lagarinhos	Fiscal de obras públicas	Fiscal de obras públicas	Nomeação definitiva.	8	244	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Manuel de Jesus Ariosa Miranda	Fiscal de obras públicas	Fiscal de obras públicas	Nomeação definitiva.	8	244	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Mário Lisboa Jacinto	Fiscal de obras públicas	Fiscal de obras públicas	Nomeação definitiva.	8	244	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
António José da Graça Ferrão	Fiscal de obras públicas	Fiscal de obras públicas	Nomeação definitiva.	8	244	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.
Adélia Maria Branco Veiga Lopes	Auxiliar administrativo	Auxiliar administrativo	Nomeação definitiva.	8	180	Direcção Regional das Instalações e Equipamentos da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.	Disponibilidade para colocação.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E HABITAÇÃO

Despacho conjunto n.º 1058/2003. — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no cumprimento da delegação de competências estabelecidas pelo despacho n.º 8881/2003 (2.ª série), de 15 de Abril, do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 105, de 7 de Maio de 2003, é aprovado o programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso na carreira de especialista de informática do quadro de pessoal do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, constante do anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

10 de Novembro de 2003. — O Director do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas, *Romeu Costa Reis*. — A Directora-Geral da Administração Pública, *Maria Ermelinda Carrachás*.

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso na carreira de especialista de informática do quadro de pessoal do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação.

Especialista de informática:

- 1) Arquitectura de infra-estruturas tecnológicas de informação;
- 2) Administração de sistemas e de redes informáticas;
- 3) Segurança dos sistemas informáticos;
- 4) Segurança e integridade da informação;
- 5) *Design* e desenvolvimento de *sites web*;
- 6) Comunicação de dados;
- 7) Administração e gestão de microinformática;
- 8) Linguagens de programação;
- 9) A qualidade na produção de *software*;
- 10) Base de dados;
- 11) Metodologias de desenvolvimento de sistemas de informação;
- 12) Gestão de projectos informáticos.

A pormenorização e delimitação dos temas e matérias constarão do respectivo aviso de abertura do concurso.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 22 964/2003 (2.ª série). — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonerado, a seu pedido, o tenente-coronel de infantaria José Maria Mendes Moreira, na situação de reserva fora da efectividade de serviço, das funções de chefe do meu Gabinete, a partir da presente data.

10 de Novembro de 2003. — O Ministro de Estado e da Defesa Nacional, *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes

Despacho n.º 22 965/2003 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 763/2002, de 21 de Abril, do Ministro de Estado e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 17 de Maio de 2002, e nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 20 dias, com início em 11 de Novembro de 2003, a comissão do coronel INF NIM 84006367, Manuel António de Mello e Silva, no desempenho das funções de director técnico do Projecto n.º 1, Apoio ao Ministério da Defesa Nacional/Estado-Maior General das Forças Armadas Ango-

lanas, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado está a desempenhar funções em país da classe C.

(Não carece de fiscalização prévia Tribunal de Contas.)

13 de Novembro de 2003. — O Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, *Henrique José Praia da Rocha de Freitas*.

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Rectificação n.º 2224/2003. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 22 024/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 264, de 14 de Novembro de 2003, rectifica-se que onde se lê «nomeio o capitão PILAV RESES» deve ler-se «nomeio o capitão PIL RESES».

17 de Novembro de 2003. — Pelo Director-Geral, *Vitor Lourenço*.

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Secretaria Central

Despacho (extracto) n.º 22 966/2003 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Outubro de 2003 do adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas para o Planeamento, são promovidos, precedendo concurso, os assistente administrativos da carreira administrativa do quadro de pessoal civil do Estado-Maior-General das Forças Armadas à categoria de assistente administrativo principal da mesma carreira e quadro, sendo exonerados dos lugares que vêm ocupando com efeitos reportados à data do despacho:

Virgílio de Oliveira Soares — 4.º escalão, índice 249.

Carlos Alberto Aleluia da Graça — 5.º escalão, índice 264.

Joaquina Rosa Gamas Vicente Neves — 1.º escalão, índice 218.

Anabela Cardoso Pinto Henrique — 1.º escalão, índice 218.

José João Marques Loureiro — 1.º escalão, índice 218.

Maria Isabel Mendes Nunes de Carvalho Antunes — 1.º escalão, índice 218.

Maria Manuela dos Santos Soares Delgado — 1.º escalão, índice 218.

Ivo Santiago de Sousa Freitas — 1.º escalão, índice 218.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Novembro de 2003. — O Chefe da Secretaria Central, *Fernando José do Carmo Damil*, TCOR SGE.

Despacho (extracto) n.º 22 967/2003 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Outubro de 2003 do adjunto do Chefe do Estado-Maior General dos Forças Armadas para o Planeamento:

José da Silva Fernandes, motorista de ligeiros do quadro de pessoal civil do Estado-Maior General das Forças Armadas — nomeado, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, motorista de pesados do mesmo quadro, precedendo concurso, passando a vencer pelo escalão 2, índice 157.

A referida nomeação converte-se automaticamente em definitiva, independentemente de quaisquer formalidades, no termo do período probatório de um ano, se durante este período o funcionário tiver revelado aptidão para o desempenho das referidas funções. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Novembro de 2003. — O Chefe da Secretaria Central, *Fernando José do Carmo Damil*, TCOR SGE.

Rectificação n.º 2225/2003. — Por ter sido publicado com inexactidão o nome de um vogal efectivo constante do aviso n.º 11 920/2003 (2.ª série), no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003, a p. 16 774, rectifica-se que onde se lê «Assistente administrativa especialista Maria Margarida Soares Palma do QPC/EMGFA.» deve ler-se «Assistente administrativa especialista Maria Margarida Soares Falua do QPC/EMGFA.»

10 de Novembro de 2003. — O Chefe da Secretaria Central, *Fernando José do Carmo Damil*, tenente-coronel.

MARINHA

Arsenal do Alfeite

Despacho (extracto) n.º 22 968/2003 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Outubro de 2003 do administrador do Arsenal do Alfeite:

Bruno Miguel Augusto de Sousa, operário — autorizada a rescisão do respectivo contrato com efeitos a partir de 6 de Novembro de 2003. (Não carece de fiscalização prévia do tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — O Director de Pessoal, *Jaime Batista de Figueiredo*.

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Militarizados e Civis

Despacho (extracto) n.º 22 969/2003 (2.ª série):

Simone Maria Piedade Lopes, contratada, em regime de contrato a termo certo, para executar os trabalhos correspondentes ao conteúdo funcional da carreira de assistente administrativo na Marinha — cessou funções em 11 de Novembro de 2003 por ter caducado o respectivo contrato.

12 de Novembro de 2003. — O Chefe da Repartição, *Carlos Alberto Restani Graça Alves Moreira*, capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO

Comando Operacional das Forças Terrestres

Despacho n.º 22 970/2003 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no Chefe do Estado-Maior do Comando Operacional das Forças Terrestres.* — Ao abrigo do n.º 5 do despacho n.º 18 973/2003, de 12 de Setembro, do general Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 3 de Outubro de 2003, subdelego no Chefe do Estado-Maior do Comando Operacional das Forças Terrestres, coronel de infantaria CMD NIM 12057574 José António da Silva Conceição a competência para a prática dos seguintes actos:

- Conceder a credenciação nacional no grau confidencial, ao pessoal sob o seu comando, nos termos da alínea b) do n.º 2 do capítulo iv do SEG MIL 1, de 16 de Outubro de 1986;
- Competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 12 469,95;
- Este despacho produz efeitos a partir 4 de Setembro de 2003, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

3 de Outubro de 2003. — O Comandante, *António Marques Abrantes dos Santos*, tenente-general.

Despacho n.º 22 971/2003 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no comandante do Grupo de Aviação Ligeira do Exército.* — 1 — Ao abrigo do n.º 6 do despacho n.º 18 973/2003, de 12 de Setembro, do general Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 3 de Outubro de 2003, subdelego no comandante do Grupo de Aviação Ligeira do Exército, tenente-coronel de cavalaria (NIM 12609179) Emílio de Oliveira Duarte, a competência para a prática dos seguintes actos:

- Conceder a credenciação nacional, no grau confidencial, ao pessoal sob o seu comando, nos termos da alínea b) do n.º 2 do capítulo iv do SEG MIL 1, de 16 de Outubro de 1986;
- Competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 12 469,95;
- Autorizar que as competências referidas nas alíneas a) e b) possam ser subdelegadas no 2.º comandante;

d) Este despacho produz efeitos a partir de 6 de Agosto de 2003, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

3 de Outubro de 2003. — O Comandante, *António Marques Abrantes dos Santos*, tenente-general.

Comando do Pessoal

Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal

Repartição de Pessoal Militar não Permanente

Despacho n.º 22 972/2003 (2.ª série). — Por despacho do chefe da RPMNP/DAMP de 30 de Outubro de 2003, por subdelegação de poderes do MGEN/DAMP, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de segundo-cabo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 393.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no n.º 1 do artigo 395.º e no n.º 7 do artigo 396.º, ambos do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 157/92, de 31 de Julho, com as alterações verificadas por força do normativo do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, os militares em regime de contrato a seguir identificados:

- Soldado RC 263-PE NIM 14527198, Fernando Gabriel Gonçalves da Silva — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 263-PE NIM 11608297, Cláudio Jorge Alves da Silva — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 263-PE NIM 15416397, Hélio Kin Fajal — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 263-PE NIM 08480299, Rui Jorge de Sousa Cancela — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 264-PE NIM 05581098, Marco Paulo Pedro Santos — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 316-ELECT CONSTR NIM 13217494, André Silva Sebastião — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 421-OP TM NIM 14760499, Carla Cristina da Lança Quintas Felício — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 421-OP TM NIM 14102899, Hugo Manuel Alves Fernandes Oliveira — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 421-OP TM NIM 05405597, Rui Filipe Gouveia Martins — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 437-OP TTY NIM 17969499, Ana Sofia Rebelo Félix — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 501-SOC NIM 01190898, João Pedro Simões Girão — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 501-SOC NIM 07678698, Lúcio Alexandre da Costa Sustelo — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 501-SOC NIM 14969098, Hélder Manuel Gouveia Ferreira — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 501-SOC NIM 05347900, Fernando Sérgio Figueiredo Edra — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 501-SOC NIM 03838199, Rodrigo Ferreira Valente Caralinda — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 672-CAR NIM 06034999, Humberto Francisco Novais Teixeira — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 672-CAR NIM 18709298, Frederico Oliveira Martins — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 672-CAR NIM 05175200, Sandro Miguel Valente Esteves — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.
Soldado RC 676-CAR/RTELEF NIM 19281396, Paulo Jorge da Silva Gomes — antiguidade desde 30 de Agosto de 2003.

5 de Novembro de 2003. — O Chefe da Repartição, *Jorge Manuel Alvaro Conde Rendeiro*, COR INF.

FORÇA AÉREA

Comando de Pessoal da Força Aérea

Despacho n.º 22 973/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no quadro permanente de sargentos mecânicos de electricidade, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando

as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto que lhes vai indicado, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos MELECT

2 SAR GRAD 1 SAR:

1 SAR MELECT 119239 G, José Manuel Furtado Trindade, CFMTFA (*).

2 SAR:

FURG MELECT 111368 C, Jorge Manuel Pereira do Vale, CFMTFA.
FURG MELECT 118065 H, Nuno Miguel do Nascimento Vaz, CFMTFA.

FURG MELECT 114461 J, David Correia Dias, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem as vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, com excepção do militar indicado com (*), em que mantém o escalão em que se encontra.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, tenente-general piloto aviador.

Despacho n.º 22 974/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no quadro permanente de sargentos de banda e fanfarra, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2 SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos BF:

FURG MUS 119279 F, Fernando Jorge da Silva Ferreira, CFMTFA.
FURG MUS 120051 J, João Pedro Vítor Ferreira, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem as vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, tenente-general piloto aviador.

Despacho n.º 22 975/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no quadro permanente de sargentos de operadores de comunicações, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2 SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos OPCOM:

FURG OPCOM 106179 J, Eugénio Paulo Baronet Moreira Sousa, CFMTFA.
FURG OPCOM 103595 K, Margarida Isabel Gomes Almeida Jorge, CFMTFA.
FURG OPCAM 107528 E, Elisabete Lopes Rua, CFMTFA.
FURG OCPOM 108281 H, Nélson Miguel Fernandes de Almeida, CFMTFA.

FURG OCPOM 101755 B, Paulo Jorge Ribeiro Candeias, CFMTFA.
FURG OCPOM 109536 G, Alcides José Ganacho Rijo, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem as vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, TGEN PILAV.

Despacho n.º 22 976/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar em seguida mencionado, que concluiu em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingresse no quadro permanente de sargentos operadores de meteorologia, ao abrigo do artigo 326.º dos Estatutos dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2 SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos OPMET:

FURG OPMET 111826 K, Carlos Augusto Martins Policarpo, CFMTFA.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, tenente-general piloto aviador.

Despacho n.º 22 977/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no quadro permanente de sargentos operadores de circulação aérea e radaristas de tráfego, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2 SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Julho:

Quadro de sargentos OPCART:

FURG OPCART 125658-A Tiago Miguel Rodrigues Rosa Silvano Boinas, CFMTFA.
FURG OPCART 120518-J Paulo Jorge Gomes da Silva, CFMTFA.
FURG OPCART 108255-J Rafael Pedro Ferreira Nascimento da Rosa, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem as vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, TGEN PILAV.

Despacho n.º 22 978/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar em seguida mencionado, que concluiu em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingresse no QP de sargentos operadores de informática, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99,

de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos OPINF:

FURG OPINF 125319 A, Nuno Filipe Fernandes Macedo, CFMTFA.

Conta a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenche vaga em aberto no respectivo quadro.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal da Força Aérea, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, TGEN PILAV.

Despacho n.º 22 979/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no QP de sargentos mecânicos de material aéreo, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos MMA:

FURG MMA 120807 B, Néelson Manuel Fonseca de Lima, CFMTFA.

FURG MMA 114582 H, Sílvio Pereira Delgado, CFMTFA.

FURG MMA 106671 E, António Augusto da Silva Santos, CFMTFA.

2SAR MMA 107637 L, Nuno Alexandre Mourão Tavares Adam, CFMTFA.

FURG MMA 109337 B, Susana Lopes Ferreira, CFMTFA.

FURG MMA 100582 A, Luís Cláudio Boieiro Cachulo, CFMTFA.

FURG MMA 106861 L, Nuno Miguel Oliveira Teixeira, CFMTFA.

FURG MMA 111343 H, Rui Miguel Oliveira Centeio, CFMTFA.

FURG MMA 102304 H, António Manuel Fernandes Machado, CFMTFA.

FURG MMA 106864 E, Fernando Jorge Soares de Magalhães, CFMTFA.

FURG MMA 097406 E, Rui Manuel Pinto dos Santos Elias, CFMTFA.

FURG MMA 120000 D, Rui Miguel Macedo Lobato de Faria, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, com excepção do militar indicado em 4.º lugar, que mantém o escalão em que se encontra.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal da Força Aérea, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, TGEN PILAV.

Despacho n.º 22 980/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no QP de sargentos mecânicos de material terrestre, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos MMT:

FURG MMT 114523 B, António José de Jesus Galveias Cardeal da Costa, CFMTFA.

FURG MMT 109355 L, Pedro Manuel Goinhas Gonçalves Peladinho, CFMTFA.

FURG CAUT 109666 E, Paulo Jorge Salvador Nunes, CFMTFA.

FURG MMT 109341 L, Teresa Isabel Flamino Pires, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal da Força Aérea, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, TGEN PILAV.

Despacho n.º 22 981/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no QP de sargentos operadores de sistemas de assistência e socorros, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos OPSAS:

FURG OPSAS 120379 H, Vítor Manuel Nicolau Casimiro, CFMTFA.

FURG OPSAS 120375 E, Ricardo Fernando de Sousa Monteiro, CFMTFA.

FURG OPSAS 114482 A, Luís Miguel dos Santos Batista, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal da Força Aérea, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, TGEN PILAV.

Despacho n.º 22 982/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no QP de sargentos mecânicos de armamento e equipamento, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos MARME:

FURG MARME 114539 J, Ana Paula Domingos Ferreira Moreira, CFMTFA.

FURG MARME 116927 A, Rui Miguel Guilherme, CFMTFA.

FURG MARME 119018 A, Vítor Miguel da Costa Cruz, CFMTFA.

FURG MARME 111351 J, Ricardo Nuno Cardoso Martins, CFMTFA.

FURG MARME 109225 B, Marco Aurélio Nogueira de Carvalho, CFMTFA.

FURG MARME 108193 E, André Manuel Silva Rodrigues Barata, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal da Força Aérea, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, TGEN PILAV.

Despacho n.º 22 983/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no QP de sargentos mecânicos de electricidade e instrumentos de avião, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos MELIAV:

FURG MELIAV 113116 J, Óscar António Fernandes Gomes, CFMTFA.
 FURG MELIAV 111821 J, Leonel Simões Gaspar, CFMTFA.
 FURG MELIAV 114348 E, Eduardo Alexandre de Jesus Matias, CFMTFA.
 FURG MELIAV 111434 E, Branca Rosa Aguilar Dias, CFMTFA.
 FURG MELIAV 100896 L, Francisco Manuel Constantino Figueira, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal da Força Aérea, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, TGEN PILAV.

Despacho n.º 22 984/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no QP de sargentos mecânicos de electrónica, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos MELECA:

FURG MELECA 120610 K, Paulo Jorge Constante Frade, CFMTFA.
 FURG MELECA 104990 K, Nelson Alexandre Figueiredo de Oliveira, CFMTFA.
 FURG MELECA 125695 F, Válder de Jesus Ferreira Figueira, CFMTFA.
 FURG MELECA 100973 H, Jorge Manuel de Pinho Gomes, CFMTFA.
 FURG MELECA 120249 K, Pedro Nuno Costa Garganta, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal da Força Aérea, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, TGEN PILAV.

Despacho n.º 22 985/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no QP de sargentos de construção e manutenção de infra-estruturas, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º

do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos CMI:

FURG CMI 121230 D, Nuno Alexandre da Silva Duarte, CFMTFA.
 FURG CMI 119068 H, Carlos Miguel Ferreira Tomé Fula, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal da Força Aérea, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, TGEN PILAV.

Despacho n.º 22 986/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no QP de sargentos de abastecimento, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos ABST:

FURG ABST 105007 K, Augusto Manuel Vieira Guedes, CFMTFA.
 FURG ABST 114315 J, Paulo Sérgio Esteves Valentim, CFMTFA.
 FURG ABST 114566 F, Luís Miguel Jesus Nunes, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal da Força Aérea, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, TGEN PILAV.

Despacho n.º 22 987/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no QP de sargentos de secretariado e apoio de serviços, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos SAS:

FURG SAS 106921 H, Maria João da Conceição Afonso Sequeira, CFMTFA.
 FURG SAS 107595 A, Livia Maria de Sousa, CFMTFA.
 FURG SAS 114571 B, Carlos Sérgio Ferreira Morais, CFMTFA.
 FURG SAS 106771 A, Mónica Monteiro Varela Fernandes, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal da Força Aérea, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, TGEN PILAV.

Despacho n.º 22 988/2003 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2003 o curso de formação de sargentos de 2000-2003, ingressem no QP de sargentos de Polícia Aérea, ao abrigo do artigo 326.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ainda em vigor, atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 12-A/2000, de 24 de Junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2001, de 22 de Fevereiro, e 232/2001, de 25 de Agosto, desde 26 de Julho de 2003, com o posto de 2SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 168.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 261.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

Quadro de sargentos PA:

FURG PA 111233 D, Daniel Pires Gregório, CFMTFA.
FURG PA 115656 L, José Carlos Barbosa e Silva, CFMTFA.
FURG PA 107633 H, Luciano Manuel Horta Palminha Batista Cheira, CFMTFA.
FURG PA 106709 F, António José Loureiro Ruas, CFMTFA.
FURG PA 111766 B, Eduardo Rui dos Santos Lopes Peste, CFMTFA.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003 e os efeitos administrativos desde 26 de Julho de 2003.

Preenchem vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

3 de Novembro de 2003. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal da Força Aérea, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira*, TGEN PILAV.

Direcção de Pessoal

Repartição de Pessoal Civil

Despacho n.º 22 989/2003 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Julho de 2003 do comandante de Pessoal da Força Aérea:

Maria de Lurdes Dias Coelho Rodrigues, auxiliar de serviços — autorizada a regressar à efectividade do serviço, vinda da situação de licença ilimitada, com integração no quadro geral de pessoal civil da Força Aérea.

7 de Novembro de 2003. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, major.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 22 990/2003 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, determino a extinção do Consulado Honorário de Portugal em Osnabrück, dependente do Consulado-Geral de Portugal em Hamburgo.

28 de Outubro de 2003. — A Ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, *Maria Teresa Pinto Basto Gouveia*.

Despacho n.º 22 991/2003 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, autorizo que o Consulado-Geral de Portugal em Hamburgo proceda à abertura de um escritório em Osnabrück.

28 de Outubro de 2003. — A Ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, *Maria Teresa Pinto Basto Gouveia*.

Despacho n.º 22 992/2003 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, e no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, determino que os distritos de Detmold e Münster, no Estado da Renânia e Norte Vestefália pertencentes à área de jurisdição do Consulado-Geral de Portugal em Düsseldorf, passem a integrar a área de jurisdição do Consulado-Geral de Portugal em Hamburgo.

28 de Outubro de 2003. — A Ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, *Maria Teresa Pinto Basto Gouveia*.

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 22 993/2003 (2.ª série):

Manuel Tomaz Fernandes Pereira, embaixador do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático — despacho conjunto de Primeiro-Ministro e da Ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas nomeando-o director-geral de Política Externa, na vaga do embaixador João Pedro Almeida Silveira de Carvalho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

É publicado em anexo o respectivo *curriculum vitae*.

14 de Novembro de 2003 — O Director, *Renato Marques*.

ANEXO

Curriculum vitae de Manuel Tomás Fernandes Pereira

Nasceu em 2 de Abril de 1947, em Lisboa; licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada aberto em 18 de Setembro de 1971; adido de embaixada na Secretaria de Estado em 18 de Março de 1972; terceiro-secretário de embaixada em 26 de Julho de 1974; na Embaixada em Brasília, em 11 de Setembro de 1974; segundo-secretário de embaixada, no mesmo posto, em 7 de Dezembro do mesmo ano; transferido para a Delegação junto do Conselho do Atlântico Norte em 1 de Dezembro de 1978; primeiro-secretário de embaixada em 7 de Abril de 1979, continuando no mesmo posto; chefe de gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em 14 de Junho de 1982; chefe interino da Repartição do Pessoal em 11 de Julho de 1983; adjunto do secretário-geral em 9 de Março de 1984; conselheiro de embaixada em 10 de Setembro do mesmo ano; director de serviços dos Assuntos de Defesa, Segurança e Desarmamento em 8 de Março de 1986; director de serviços do Correspondente Europeu, da Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, em 15 de Janeiro de 1990; ministro plenipotenciário de 2.ª classe em 8 de Agosto do mesmo ano; assessor no Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros; subdirector-geral dos Negócios Político-Económicos em 18 de Dezembro de 1992; subdirector-geral das Relações Bilaterais em 1 de Março de 1994; director-geral dos Assuntos Comunitários em 3 de Abril de 1995; na Embaixada em Pretória, com credenciais de embaixador, em 17 de Novembro de 1997; embaixador em 31 de Dezembro de 1998; acreditado simultaneamente em Maser, Lesoto, em 22 de Abril de 1999 e em Gaborone, Botswana, em 25 de Maio de 1999.

Condecorações — grã-cruz da Ordem do Mérito; oficial da Ordem do Infante D. Henrique; grande-oficial da Ordem do Ouissam Alaouite, de Marrocos; comendador da Ordem do Mérito, da Áustria; oficial da Ordem do Rio Branco, do Brasil; cavaleiro da Ordem do Cruzeiro do Sul, do Brasil, e medalha naval de Vasco da Gama, do Estado-Maior da Armada.

Despacho (extracto) n.º 22 994/2003 (2.ª série):

João Pedro Almeida Silveira de Carvalho, embaixador do quadro I de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer o cargo de director-geral de Política Externa — despacho conjunto de Primeiro-Ministro e da Ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas de 31 de Outubro de 2003 exonerando-o do referido cargo. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2003. — O Director, *Renato Marques*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 22 995/2003 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Viação de 23 de Setembro de 2003 e do vogal do conselho de administração da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 25 de Outubro de 2003, no uso de competências delegadas:

Maria Amélia da Conceição Galiere Ildefonso Fulgêncio, assistente administrativa pertencente ao quadro de pessoal do Hospital de São Bernardo, S. A., em Setúbal — autorizada a transferência para o quadro de pessoal desta direcção-geral. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Outubro de 2003. — O Subdirector-Geral, *João Mateus Leitão*.

Despacho n.º 22 996/2003 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 17 de Outubro de 2003:

Engenheiro Joaquim Gonçalves Coutinho — autorizada a renovação da comissão de serviço como chefe de divisão de Veículos da Direcção Regional de Viação Norte, com efeitos a partir de 12 de Outubro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Outubro de 2003. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Despacho n.º 22 997/2003 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de Viação de 22 de Setembro de 2003 e do director-geral do Turismo de 28 de Outubro de 2003:

Isabel Maria Mercê Vargas Frago, assistente administrativa — autorizada a transferência para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, ficando colocada na Delegação de Viação de Santarém. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Outubro de 2003. — Pelo Director-Geral, o Subdirector-Geral, *João Leitão*.

Despacho n.º 22 998/2003 (2.ª série). — Por despachos do subdirector-geral de Viação, no uso da delegação de competências conferida pelo despacho n.º 20 333/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 23 de Outubro de 2003, e do presidente do conselho de administração do Instituto Português da Qualidade, respectivamente, de 9 e 23 do corrente mês de Outubro:

António Domingos Fernandes Alves da Costa, técnico superior de 1.ª classe da carreira de engenharia — autorizada a transferência para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Outubro de 2003. — Pelo Director-Geral, o Subdirector-Geral, *João Leitão*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 22 999/2003 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 30 de Outubro de 2003, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres e de direitos políticos, previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º e 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com os artigos 2.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Lista n.º 59/03

	Data de nascimento
Valmir Soares Teixeira	8-5-55
Jaqueline Borges de Moura Araújo	6-7-72
Artur Pinto Bateira	23-8-66
José Carlos Martins Ferreira Filho	27-1-69

10 de Novembro de 2003. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 23 000/2003 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 30 de Outubro de 2003, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres, previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Lista n.º 60/03

	Data de nascimento
Maristela Lucena de Vasconcelos	18-3-71
Kelly Suemi Nakamura Paz	10-7-81
Maria de Fátima Barbosa	5-5-76
Francis Lane Pereira Silva Mourão	29-9-76
Tania Valéria de Oliveira	12-12-65
Paula Caetano da Silva	30-3-76
José Ricardo Santos Caldas	1-3-73
Guilherme Zamith Pereira	8-5-85

Juliano Benincá	8-1-75
Cleonice Froed Soares	23-4-70
Geremias Soares	3-4-68

11 de Novembro de 2003. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 23 001/2003 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Novembro de 2003 da subdirectora-geral:

Rui Jorge Correia Vinagre, escriturário do Cartório Notarial de Odivelas, nomeado em comissão de serviço, nos termos do n.º 2 do artigo 112.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, dos n.ºs 2 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho — convertida em definitiva, com efeitos a partir de 21 de Novembro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

Rosa Maria Vítor Felício Monteiro, escriturária do Cartório Notarial de Odivelas, nomeada em comissão de serviço, nos termos do n.º 2 do artigo 112.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, dos n.ºs 2 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho — convertida em definitiva, com efeitos a partir de 29 de Novembro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 23 002/2003 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Outubro de 2003 do director-geral:

Licenciada Anabela dos Santos de Aguiar Pinto, notária do 2.º Cartório Notarial de Sintra — colocada no 8.º Cartório Notarial de Lisboa, por permuta com o licenciado António José Tomás Catalão, com efeitos a partir de 6 de Novembro de 2003.

Licenciado António José Tomás Catalão, notário do 8.º Cartório Notarial de Lisboa — colocado no 2.º Cartório Notarial de Sintra, por permuta com a licenciada Anabela dos Santos de Aguiar Pinto, com efeitos a partir de 6 de Novembro de 2003.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 23 003/2003 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Novembro de 2003 da subdirectora-geral:

Isabel Margarida Lopes da Silva Silvano da Costa, escriturária do 1.º Cartório Notarial do Barreiro, nomeada em comissão de serviço, nos termos do n.º 2 do artigo 112.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, dos n.ºs 2 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho — convertida em definitiva a referida nomeação, com efeitos a partir de 19 de Dezembro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 23 004/2003 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Novembro de 2003 da subdirectora-geral:

António Fernandes Sampaio, escriturário do Cartório Notarial de Figueira de Castelo Rodrigo, nomeado provisoriamente, nos termos do n.º 2 do artigo 112.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, dos n.ºs 2 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho — convertida em definitiva a referida nomeação, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 23 005/2003 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Novembro de 2003 da subdirectora-geral:

Maria Isabel Pinto Cabral da Costa Ramos, escriturária da 3.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, nomeada em comissão de serviço, nos termos do n.º 2 do artigo 112.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Setembro — convertida em definitiva a referida nomeação, com efeitos a partir de 20 de Novembro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

Carla Maria Franco Sousa Gomes, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Cascais, nomeada provisoriamente, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro — convertida em definitiva, a referida nomeação, com efeitos a partir de 19 de Novembro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 23 006/2003 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Novembro de 2003 da subdirectora-geral:

Ana Luísa Veríssimo Alexandre Proença Mendes, escriturária do Cartório Notarial de Olhão, nomeada provisoriamente, nos termos do n.º 2 do artigo 112.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, dos n.ºs 2 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho — convertida em definitiva, com efeitos a partir de 2 de Dezembro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 23 007/2003 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Novembro de 2003 da subdirectora-geral:

Liana Ernestina Fernandes Cabral de Aguiar e Silva, escriturária do 4.º Cartório Notarial do Funchal, nomeada em comissão de serviço, nos termos do n.º 2 do artigo 112.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, dos n.ºs 2 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho — convertida em definitiva a refe-

rida nomeação, com efeitos a partir de 18 de Novembro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 23 008/2003 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Novembro de 2003 da subdirectora-geral:

Gabriela Maria Santos Martins, escriturária do 2.º Cartório Notarial de Vila Franca de Xira, nomeada provisoriamente, nos termos do n.º 2 do artigo 112.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, dos n.ºs 2 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho — convertida em definitiva a referida nomeação, com efeitos a partir de 19 de Novembro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Rectificação n.º 2226/2003. — Rectifica-se o despacho n.º 19 859/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 241, de 17 de Outubro de 2003, a p. 15 663, relativo à transferência de Maria Lúcia Silva Neves e Julieta Martins Maia, pelo que onde se lê «autorizada, após prévia anuência do serviço de origem, a transferência para idêntica categoria do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a contar de 22 e 29 de Outubro de 2003, respectivamente, mantendo a mesma situação remuneratória, e ficando exoneradas do lugar anterior à data da aceitação do novo lugar.» deve ler-se «autorizada, após prévia anuência do serviço de origem, a transferência para idêntica categoria do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a contar de 1 de Novembro de 2003, mantendo a mesma situação remuneratória, e ficando exoneradas do lugar anterior à data da aceitação do novo lugar.».

10 de Novembro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 23 009/2003 (2.ª série). — Por despachos da subdirectora-geral de 29 de Outubro de 2003, no uso de competência delegada, foi autorizada, ao abrigo dos artigos 4.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos a partir da data dos despachos, a reclassificação profissional dos funcionários a seguir identificados:

Nome	Actual		Após reclassificação	
	Carreira/categoria	Escalação/índice	Carreira/categoria	Escalação/índice
Paula Cristina Gonçalves Romba	Guarda prisional	3/137	Pessoal docente de educação pré-escolar/educadora de infância.	3/151
Paulo Jorge Vaz Rodrigues	Guarda prisional	3/137	Carreira de informática/especialista de informática, grau 1, nível 2.	1/480

3 de Novembro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação

Aviso n.º 12 654/2003 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso geral para assessor.* — 1 — Autorizado por despacho de 7 de Novembro de 2003 do director do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação, ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, encontra-se aberto concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar existente no quadro de pessoal do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação, constante do anexo I da Portaria n.º 1255/2001, de 30 de Outubro:

Categoria e carreira — assessor da carreira de técnico superior; Área funcional — representação internacional, análise e estudo de instrumentos internacionais e acompanhamento de produção legislativa e contencioso, na área da justiça, no âmbito da União Europeia.

2 — Prazos:

2.1 — Validade do concurso — o concurso visa exclusivamente o provimento do lugar posto a concurso, caducando com o seu preenchimento;

2.2 — Apresentação das candidaturas — 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso.

3 — Informações sobre o lugar a preencher:

3.1 — Local de trabalho — Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação, em Lisboa.

4 — Requisitos gerais e especiais:

4.1 — Requisitos gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

4.2 — Requisitos especiais:

Licenciatura em Direito;

Ser técnico superior principal com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de *Muito bom* ou com cinco anos de serviço classificados de *Bom*. Se o candidato for titular

de mestrado ou doutoramento, desde que o conteúdo funcional seja relevante para a área funcional do concurso, o referido tempo de serviço será reduzido de 12 meses.

5 — Condição de preferência — experiência na área da cooperação judiciária em matéria penal.

6 — Apresentação das candidaturas:

6.1 — Requisitos:

6.1.1 — Requerimento dirigido ao director do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação, dele constando os seguintes elementos:

- a) Nome, residência, código postal, telefone e número e data do bilhete de identidade;
- b) Indicação da categoria detida, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
- c) Concurso e lugar a que se candidata.

6.1.2 — Outros documentos a juntar ao requerimento:

- a) Currículo detalhado e actualizado, datado e assinado, do qual conste a experiência profissional, com indicação do exercício de funções com mais interesse para o lugar a concurso, referenciando os respectivos conteúdos e os períodos de tempo, a formação profissional detida, com indicação da respectiva duração, data de realização e entidade promotora e outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito;
- b) Declaração actualizada, ou sua fotocópia, passada pelo serviço de origem, da qual conste, de forma inequívoca, a existência e a natureza do vínculo, a categoria detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as classificações de serviço, em termos qualitativos, obtidas nos anos relevantes para a admissão ao concurso;
- c) Documento comprovativo das habilitações literárias ou sua fotocópia;
- d) Documentos, autênticos ou suas fotocópias, emitidos pelos serviços ou organismos, comprovativos do teor do currículo na parte referente ao exercício de funções, respectivos conteúdos e duração, à formação profissional, duração, data de realização e entidade promotora e aos elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito.

6.1.3 — Nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, são excluídos os candidatos que não entregarem, juntamente com o requerimento, o documento referido na alínea b) do n.º 6.1.2.

6.2 — Entrega do requerimento — pessoalmente ou pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, para a Divisão Administrativa e Financeira, com a menção exterior de «Concurso para assessor, Rua de Sousa Martins, 21, 6.º e 7.º, 1050-217 Lisboa».

7 — Composição do júri:

Presidente — Licenciado José Manuel de Moraes Santos Pais, director.
Vogais efectivos:

- 1.º Licenciada Maria Teresa Sela de Alves Martins, directora-adjunta, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.
- 2.º Licenciada Maria José Fernandes, coordenadora.

Vogais suplentes:

- 1.º Licenciado António Manuel Crespo Pimentel Vilhena de Carvalho, director-adjunto.
- 2.º Licenciada Mariana Sotto Maior Jorge de Avillez Pereira, directora de serviços.

8 — Método de selecção — apreciação e discussão pública do currículo.

8.1 — Na apreciação curricular são considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores:

- a) A habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico ou sua equiparação legalmente reconhecida;
- b) A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso;
- c) A experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, bem como outras capacitações adequadas, com avaliação da sua natureza e duração.

8.2 — Na discussão do currículo são considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores:

- a) Capacidade de expressão e fluência verbal, em que se avalia e pondera a facilidade, correcção e rigor da expressão oral;
- b) Motivo e interesse, em que se avalia e pondera o conhecimento e gosto pela natureza e tipo de funções a que se candidata;
- c) Qualidade da experiência profissional, em que se avalia e pondera as actividades desenvolvidas e mencionadas no currículo;
- d) Capacidade de adaptação, em que se avalia e pondera a facilidade de ajustamento a tarefas e situações;
- e) Espírito de iniciativa, em que se avalia e pondera a facilidade de procurar soluções para os problemas, independentemente de orientações superiores.

8.3 — A classificação final, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultará da aritmética simples das classificações obtidas em cada um dos factores de avaliação, não sendo aprovados os candidatos que, na classificação final, obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

8.4 — Sistema de classificação final — os critérios de apreciação e ponderação da apreciação e discussão pública do currículo, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

9 — Informações complementares:

9.1 — A exclusão de candidatos e a lista de classificação final obedecem ao disposto nos artigos 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho.

9.2 — A relação de candidatos e a lista de classificação final são afixadas nas instalações do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação, sitas na Rua de Sousa Martins, 21, 6.º e 7.º, 1050-217 Lisboa.

9.3 — As falsas declarações e a entrega de documentos falsos são puníveis, nos termos da legislação em vigor.

9.4 — Restituição e destruição de documentos — é destruída a documentação apresentada pelos candidatos, se a sua restituição não for pedida, no prazo de um ano após o termo do prazo de validade do concurso, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

10 de Novembro de 2003. — O Director, José Manuel Santos Pais.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Secretário de Estado do Turismo

Despacho n.º 23 010/2003 (2.ª série). — De harmonia com o estabelecido nas alíneas a) e b) do n.º 1 da cláusula 4.ª do contrato de concessão da zona de jogo de Vidago-Pedras Salgadas, celebrado em 12 de Abril de 2002 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 15 de Maio de 2002, a respectiva empresa concessionária, SOLVERDE — Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S. A., assumiu o compromisso de construir um casino e um hotel de apoio ao casino, com as características e nos prazos que constam nas referidas alíneas.

A localização do casino e do hotel foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal de Chaves tomada em reunião de 3 de Fevereiro de 2003 e pelo despacho n.º 256/SET/2003, de 19 de Março, do Secretário de Estado do Turismo.

É de interesse público, designadamente para o desenvolvimento turístico da região onde os referidos empreendimentos vão ser implantados, que a sua entrada em funcionamento ocorra com respeito pelos prazos estabelecidos, para o que se torna indispensável que a concessionária detenha a posse administrativa dos terrenos em causa no momento em que esteja em condições de iniciar os trabalhos de construção.

Assim e não tendo sido conseguida a sua aquisição por via de direito privado, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e no n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, declaramo, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho do Ministro da Economia n.º 8472/2003 (2.ª série), de 9 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 2 de Maio de 2003, e ao abrigo

do disposto nos artigos 18.º do Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro, e 6.º do Decreto Regulamentar n.º 30/99, de 20 de Dezembro, e atendendo ao interesse público subjacente à célere execução dos empreendimentos turísticos em causa, a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação das parcelas de terreno e direitos ou ónus que sobre elas incidem necessárias à construção dos referidos empreendimentos, todas situadas no lugar da Abobeleira, freguesia de Valdanta, concelho de Chaves, identificadas no mapa anexo com remissão para as respectivas descrições prediais na Conservatória do Registo Predial de Chaves e inscrições na matriz rústica junto da Repartição de Finanças de Chaves, indicando-se igualmente os respectivos proprietários e moradas.

Os encargos com as expropriações em causa serão suportados pela SOLVERDE — Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S. A., com sede na Rua Dezanove, 85, 4501-858 Espinho.

5 de Novembro de 2003. — O Secretário de Estado do Turismo, *Luís Manuel Miguel Correia da Silva*.



Instituto Geológico e Mineiro

Aviso n.º 12 655/2003 (2.ª série). — Por deliberação de 11 de Novembro de 2003 do conselho directivo do Instituto Geológico e Mineiro:

Doutoras Zélia Maria Pereira Moutinho e Susana Martin Lebreiro, investigadoras auxiliares de nomeação provisória da carreira de investigação do quadro do Instituto Geológico e Mineiro — nomeadas definitivamente investigadoras auxiliares da mesma carreira e quadro.

13 de Novembro de 2003. — O Chefe de Divisão, *Amadeu Silvestre*.

Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial

Aviso n.º 12 656/2003 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Outubro de 2003 do presidente do conselho directivo do INETI:

Nuno Pedro de Brito Palma, especialista de informática (grau 1, nível 2), do quadro de pessoal do INETI — nomeado, em regime de substituição, director de serviços para dirigir a área de informática e comunicações do mesmo organismo. Esta nomeação produz efeitos a 1 de Novembro 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços, *Luís Martins*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS

Direcção-Geral de Protecção das Culturas

Despacho (extracto) n.º 23 011/2003 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Novembro de 2003 do director-geral de Protecção das Culturas e a anuência do subdirector do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo:

Gonçalo Nuno Damas Cavaleiro Paixão, técnico profissional de 2.ª classe da carreira técnico-profissional do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo — transferido com idêntica categoria para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção das Culturas, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Gestão, Administração e Apoio Técnico, *Jaime Vidal Abreu*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Departamento de Educação Básica

Aviso n.º 12 657/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, publica-se a classificação profissional que mereceu homologação, por meu despacho de hoje, relativa à professora do ensino secundário a seguir indicada, a qual concluiu, com aproveitamento, no ano lectivo de 1998-1999, o 1.º ano da profissionalização em serviço e dispensou do 2.º ano, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do decreto-lei acima referido, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro:

Centro Integrado de Formação de Professores da Universidade de Évora

Ensino secundário

Classificação profissional

Grupo B:

Valores

Dulce da Purificação Sardinha Pereira Correia 14

10 de Novembro de 2003. — O Director, *Vasco Manuel Correia Alves*.

Direcção-Geral da Administração Educativa

Despacho n.º 23 012/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino oficial a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento, no ano lectivo de 2002-2003, o 2.º ano da profissionalização em serviço:

Universidade do Minho

3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário

Classificação profissional

1.º — 11:

Valores

Álvaro José Ferreira da Cruz 14
 Maria da Conceição Luís da Silva 15

5.º — 17:

Maria Antónia Soares Noites 15,5
 Vera Lúcia de Freitas Pereira 13,3

11.º A — 25:

Natália Filomena Losna dos Santos Amaral 14

12.º B — 28:

Manuel António Vieira Pereira 13

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2003.

27 de Outubro de 2003. — A Directora-Geral, *Joana Maria Cabrita Jerónimo Orvalho Silva*.

Despacho n.º 23 013/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino público a seguir indicado, que concluiu o curso de Qualificação em Ciências da Educação, encontrando-se ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho conjunto n.º 4/SEEI/SEAE/96, de 22 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 60, de 11 de Março de 1996, produzindo efeitos a partir de 1 de Setembro de 2003, nos termos do n.º 2 do mesmo despacho:

Universidade Aberta

2.º ciclo do ensino básico

	Classificação profissional
	—
	Valores
1.º — 01:	
Maria Clara Lavouras do Nascimento Borges	13,5

O docente está dispensado da realização do 2.º ano da profissionalização, ao abrigo do n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

27 de Outubro de 2003. — A Directora-Geral, *Joana Maria Cabrita Jerónimo Orvalho Silva*.

Despacho n.º 23 014/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino oficial a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento, no ano lectivo de 2002-2003, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensados do 2.º ano, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro:

Universidade de Aveiro

3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário

	Classificação profissional
	—
	Valores
4.º A — 15:	
José Luís Andrade Ribeiro	15,5
5.º — 17:	
Susana Cristina Alexandrino Baptista	14,5
12.º B — 28:	
João Silva Matos	13,5

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2003.

28 de Outubro de 2003. — A Directora-Geral, *Joana Maria Cabrita Jerónimo Orvalho Silva*.

Despacho n.º 23 015/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino oficial a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento, no ano lectivo de 2002-2003, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensados

do 2.º ano, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro:

Escola Superior de Educação de Bragança

3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário

	Classificação profissional
	—
	Valores
4.º A — 15:	
Carlos Sales Fernandes	13,5
Informática — 39:	
Isabel Maria Pires Fernandes	14

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2003.

28 de Outubro de 2003. — A Directora-Geral, *Joana Maria Cabrita Jerónimo Orvalho Silva*.

Despacho n.º 23 016/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino oficial a seguir indicado, que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2002-2003, o 2.º ano da profissionalização em serviço:

Escola Superior de Educação de Bragança

3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário

	Classificação profissional
	—
	Valores
11.º B — 26:	
Hélder Fernando Sousa Alves	15,8

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2003.

28 de Outubro de 2003. — A Directora-Geral, *Joana Maria Cabrita Jerónimo Orvalho Silva*.

Despacho n.º 23 017/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino público a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento, no ano lectivo de 2002-2003, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensados do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2003:

Universidade do Algarve

Escola Superior de Educação

	Classificação profissional
	—
	Valores
2.º ciclo do ensino básico:	
1.º — 01:	
Aida Maria do Nascimento Rodrigues Rufino	14,1
Amélia Eduarda da Silva Pinto Amorim	13,5
Ana Berta Meireles Lima Garcia	14
Helena da Conceição dos Santos Vieira	14,5
Isilda Mascarenhas da Cruz Santos	15
Jorge Miguel Robalo Duarte Serra	15
José Emanuel Pereira Guerreiro	15,5
José Guerreiro da Palma	16
José Luís Mateus Patrocínio	14,5
Lina Benta Teixeira Pereira	14,5
Maria Eva dos Reis Guerreiro Pacheco	14
Maria Isabel Figueiredo Marques	13,5
Maria Rosalina Fernandes Palha Capela Castro Macedo ...	14
Olga Iolanda da Costa Parente Camilo	14
4.º — 04:	
Isilda Pinto Barriga	13,5
Maria da Conceição Dias Calado André Aurélio	14,3

Maria de Fátima Videira de Sousa Pinto Marques	15,5
Maria Leonar Boavida Tomás	15
Paula Alexandra Videira Mendes	14,5
5.º — 05:	
Maria da Paz Duarte Gomes Simões Capela	15
6.º — EM:	
Domingos José Simões Cipriano Ramalho	16
Hugo Emanuel Madeira Jorge	16
Vítor José Tenazinha Gonçalves	16,5
8.º — TMF:	
Maria Teresa de Almeida dos Santos Roque	14,5
3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário:	
1.º — 11:	
Susana da Conceição Viegas Mendonça Lourenço	14,5
2.º A — 12:	
Maria Manuela Pragosa da Silva	14
4.º A — 15:	
Anabela Brás de Oliveira Estudande	15,5
Ana Cristina Cordeiro Mariano	15
Carlos Fernando Leal Ferreira	14
Helena Isabel Gonçalves Domingos	15,5
Maria Elisabete Luís Andrade Rato Gomes Reixa	15,5
Maria de Fátima Lopes Granja	13,5
Maria Manuela Cabrita Matias	14
Maria Susana Marreiros Duarte Martins	14,5
Patrícia Gonçalves Nolasco Pinto	14,5
Rosa Maria Candeiras Brito	15
Zélia de Jesus Rodrigues Ramos	15
5.º — 17:	
Ester Regina Cunha Novak	14,5
José Manuel Costa Duarte	14,5
Júlio José Assis Ribeiro	16,5
Lucília Isabel Soares dos Santos Silva Pires	14,6
Patrícia Tello Polleri Teixeira Gomes	15,5
Sandra Manuela Costa Veríssimo Martins	14,5
Teresa Paula Fernandes Gomes	14,7
Teresa Sofia Maceta e Luz Paulino	15,5
38.º — Educação Física:	
Margarida Maria Figueiredo O. S. Baginha Boavida Carvalho	15,5
39.º — Informática:	
Sónia Maria de Abreu Henrique	14,5
Vera Mariza Magro Martins Cavaleiro	14,5
10 de Novembro de 2003. — A Directora-Geral, <i>Joana Maria Cabrita Jerónimo Orvalho Silva</i> .	
Despacho n.º 23 018/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino público a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento, no ano lectivo de 2002-2003, o 2.º ano da profissionalização em serviço:	
Universidade do Algarve	
Escola Superior de Educação	
2.º ciclo do ensino básico	
10 — EM:	
Pedro Henrique Prata Miranda Silva	15

3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário	
1.º — 11:	
Emília Teresa Monteiro Martins Guimarães Ferreira	13,5
Lucília Maria Leitão Marçal	13,8
Luís Alexandre Bordalo Lourenço	15,3
4.º A — 15:	
Pedro Eduardo Gomes Reixa	14,3
5.º — 17:	
Carlos Manuel Mateus Araújo	15,8
Daniel Rodrigo Soares Freitas	14,5
Eduardo Alberto da Silva Gonçalves	13,3
A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2003.	
12 de Novembro de 2003. — A Directora-Geral, <i>Joana Maria Cabrita Jerónimo Orvalho Silva</i> .	

Despacho n.º 23 019/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino público a seguir indicado, que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2002-2003, o 2.º ano da profissionalização em serviço:

Universidade Católica Portuguesa	
Faculdade de Teologia	
	Classificação profissional
	—
	Valores
10 — EMRC:	
Luís António Alves Farinha	13,8
A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2003.	
12 de Novembro de 2003. — A Directora-Geral, <i>Joana Maria Cabrita Jerónimo Orvalho Silva</i> .	

Despacho n.º 23 020/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino público a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento, no ano lectivo de 2002-2003, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensados do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2003.

Escola Superior de Educação de Bragança	
2.º ciclo do ensino básico	
	Classificação profissional
	—
	Valores
08 — TMF:	
Fernanda da Conceição Ferreira Cerqueira	13,5
3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário	
1.º — 11:	
Manuel António Nogueiro Mesquita	13,5
4.º A — 15:	
Arlinda Maria Miranda Rodrigues	13

Escola Superior de Educação de Castelo Branco	
3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário	
1.º — 11:	
Almerinda Maria Sanches Pires	13
Maria Prazeres Anjos Mendes	14

4.º A — 15:	
Anabela Fernanda Ponte dos Reis	14
Universidade do Algarve Escola Superior de Educação	
3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário	
1.º — 11:	
Ana Carla Capão Gonçalves Rodrigues	13
Escola Superior de Educação da Guarda	
2.º ciclo do ensino básico	
1.º — 01:	
José António Silva Almeida Ferreira	14,5
Maria Almerinda Figueiredo Pego	12
3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário	
1.º — 11:	
Carla Sofia de Matos Feteira Baptista	15,5
Isabel Maria Ramos Correia	15
4.º A — 15:	
Ana Maria Mendes Pais Nascimento Santos	14
Dulce Marques Freire	14,5
11.º B — 26:	
Margarida Maria Mendes Cardoso	15,5
Paula Fernandes Sanches	15
39 — Informática:	
Ana Maria Alpendre Elias	14,5
Ana Paula Simão Castel-Branco Gama Brito	15
Elisabete dos Santos Porfírio	15
Escola Superior de Educação de Leiria	
2.º ciclo do ensino básico	
1.º — 01:	
Joaquim José Afonso Reis	13,8
Rui Manuel dos Santos Pereira	15
4.º — 04:	
Maria Alexandra Monteiro Salvado Quelhas	13,5
Maria Helena Barreia de Jesus	13,5
3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário	
4.º A — 15:	
Maria Margarida Henriques Barbosa	15
Paula Cristina Ferreira Fuertes Refolio	14,5
5.º — 17:	
Filipa Moreira Rato Nunes de Almeida	15
Pedro Alexandre Silva Caseiro Vendeirinho	14
Simão Daniel Roldão de Matos	15,5
12.º F — 34:	
Elsa Maria Domingues do Lago de Matos	14,5
39 — Informática:	
Altina Marisa da Cruz Pereira Boliqueime	14,5
António Manuel Raimundo Antunes Tomás	13,5
Maria José Gonçalves Vieira Soares	13
Maria Manuela Mendes da Costa	15
Paulo Sérgio Rodrigues Nogueira	15

12 de Novembro de 2003. — A Directora-Geral, *Joana Maria Cabrita Jerónimo Orvalho Silva*.

Direcção Regional de Educação do Centro

Agrupamento Vertical de Miranda do Corvo

Aviso n.º 12 658/2003 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sede deste Agrupamento, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento Vertical com referência a 31 de Agosto de 2003.

Da organização da referida lista cabe reclamação, dentro do prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, de acordo com o estipulado no artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

10 de Novembro de 2003. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Fausto Jorge Rodrigues Luís*.

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Escola Secundária c/ 3.º Ciclo do Ensino Básico de Romeu Correia

Aviso n.º 12 659/2003 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e da circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala dos professores a lista de antiguidade do pessoal docente desta Escola reportada a 31 de Agosto de 2003.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso para apresentação de reclamações ao dirigente máximo do serviço.

11 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Manuel Mateus*.

Direcção Regional de Educação do Norte

Agrupamento Vertical Afonso Betete

Aviso n.º 12 660/2003 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente, e de acordo com orientações inseridas na circular n.º 30/98/DEGRE, faz-se público que se encontram afixadas no *placard* das salas docentes das respectivas escolas deste Agrupamento as listas de antiguidade dos professores dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e educadores de infância deste Agrupamento reportadas a 31 de Agosto de 2003. Os interessados dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para eventuais reclamações.

7 de Novembro de 2003. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *António Ventura dos Santos Pinto*.

Agrupamento Vertical Augusto Gil

Aviso n.º 12 661/2003 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada a lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de Agosto de 2003.

Da lista cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso.

7 de Novembro de 2003. — A Presidente da Comissão Provisória, *Maria Fernanda M. Castelo Branco de Almeida*.

Agrupamento Vertical de São João de Sobrado

Aviso n.º 12 662/2003 (2.ª série). — Avisam-se todos os docentes deste Agrupamento que se encontra afixada na sala dos professores, na sede, a lista de antiguidade com referência a 31 de Agosto de 2003, organizada conforme estabelece o n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e de acordo com a circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro.

Da organização da lista cabe reclamação para o dirigente máximo dos serviços no prazo de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2003. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Isabel Barreira*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Instituto Português de Conservação e Restauro

Rectificação n.º 2227/2003. — Por ter sido publicada com inexactidão a listagem n.º 240/2003, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 194, de 23 de Agosto de 2003, a p. 13 051, rectifica-se que onde se lê:

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Nome	Escalão	Índice
Técnico superior	Técnica superior	Técnica superior de 2.ª classe	Graça Maria de Castro Horta Santos	2	400

deve ler-se:

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Nome	Escalão	Índice
Técnico superior	Técnica superior	Técnica superior de 2.ª classe	Graça Maria de Castro Horta Santos	1	400

a p. 13 052, rectifica-se que onde se lê:

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Nome	Escalão	Índice
Técnico superior	Conservação e restauro	Técnico superior de 2.ª classe	Margarida José Vicente Pires Cavaco (4)	1	400
		Assessor principal	Nazaré Garcia de Escobar	2	770
			Técnico superior de 1.ª classe	Rui António Fortunato Ferreira da Silva (5)	2
Técnico	Fotografia e radiografia para a conservação	Técnico de 2.ª classe	Jorge Horácio de Carvalho Oliveira	1	289
Técnico profissional	Técnico-profissional de conservação e restauro	Técnico de 1.ª classe	Maria Elsa Arez Landeiro Lopes	2	223

deve ler-se:

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Nome	Escalão	Índice
Técnico superior	Técnico superior de biblioteca e documentação	Conservador-restaurador	Margarida José Vicente Pires Cavaco (4)	1	400
		Assessor principal	Nazaré Garcia de Escobar	2	770
			Técnico superior de 1.ª classe	Rui António Fortunato Ferreira da Silva (5)	2

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Nome	Escalão	Índice
Técnico	Técnico de fotografia e radiografia para a conservação	Técnico de 2.ª classe	Jorge Horácio de Carvalho Oliveira	1	289
Técnico profissional	Técnico-profissional de conservação e restauro	Técnico profissional de 1.ª classe	Maria Elsa Arez Landeiro Lopes	2	223

a p. 13 053, rectifica-se que onde se lê:

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Nome	Escalão	Índice
Operário	Carpintaria	Operário principal	Sebastião Lopes	5	249
			Artes decorativas; conservação e restauro	Artífice principal	Elisa Robalo Marques
			Florindo da Silva Gonçalves	5	279
			Luís Filipe Monteiro Pedro	1	228
		Pedro José Correia	3	249	
		Artífice	Clarisse Freitas Rodrigues de Águia	4	218
			Maria Filomena de Fátima Pacheco Rodrigues	2	195
			Maria José dos Santos Duarte		195
Auxiliar	Biblioteca, arquivo e documentação	Auxiliar técnico de BAG	Maria Cristina Henriques Nunes da Palma	6	244
	Vigilância, entrega e recepção de correspondência, portaria, apoio aos serviços.	Auxiliar administrativo	Deonilde Maria Gamito Chainho Costa	5	167
			Maria Celeste Feliciano Ferreira	3	143
			Maria da Conceição Luz Esperança Dias	8	210

[...]

(4) Transita para a categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de conservação e restauro, ao abrigo dos n.ºs 3 e 4, alínea b), do Decreto-Lei n.º 349/99, de 25 de Agosto.

[...]

(7) Transita para a categoria de técnico profissional de 2.ª classe da carreira de conservação e restauro, ao abrigo dos n.ºs 3 e 4, alínea b), do Decreto-Lei n.º 349/99, de 25 de Agosto.

deve ler-se:

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Nome	Escalão	Índice
Operário	Operário qualificado (carpinteiro)	Operário principal	Sebastião Lopes	5	249
	Artífice	Artífice principal	Elisa Robalo Marques	1	228
			Florindo da Silva Gonçalves	5	279
			Luís Filipe Monteiro Pedro	1	228
			Pedro José Correia	3	249

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23 021/2003 (2.ª série). — Havendo necessidade de assegurar o normal funcionamento do Ministério da Saúde nas minhas ausências e impedimentos, designo para me substituir, nos dias 14 e 15 de Novembro de 2003, o Dr. Adão José Fonseca Silva, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

11 de Novembro de 2003. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe Pereira*.

Louvor n.º 620/2003. — Aposentou-se recentemente o fundador do serviço de otorrinolaringologia do Instituto Português de Oncologia, Dr. José Luís Machado Aires, médico exemplar que ergueu uma escola de cirurgia de cabeça e pescoço.

Licenciado em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina do Porto em 1959.

Trabalhou no serviço de ORL do Hospital de São José de 1959 a 1962 como estagiário e depois como interno contratado.

Fez exame de especialidade de ORL na Ordem dos Médicos em 1962, tendo sido aprovado por unanimidade.

Em 1962 foi nomeado médico especialista do serviço de ORL do Hospital de São João após concurso.

De 1965 a 1967 presta o serviço militar obrigatório no Ultramar sendo colocado no Hospital Militar de Luanda, onde desempenhou funções de director de serviços de ORL durante dois anos.

Em 1966 é integrado no quadro do Hospital Escolar de São João como médico graduado.

Findo o serviço militar obrigatório, retoma as suas funções no Hospital Escolar de São João.

Durante 10 anos prestou serviço em tempo parcial no Hospital Central e Especializado de Crianças Maria Pia.

Em 1973 é nomeado especialista do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil do Porto (IPOFG Porto), tendo tomado posse em 21 de Março de 1974.

Em Outubro de 1974 toma posse como vogal da comissão instaladora do IPOFG Porto.

Em 1983 passa à categoria de chefe de serviço de ORL do IPOFG. Em 1986 é nomeado director do serviço de ORL.

Em 1992 foi eleito presidente da Sociedade Portuguesa de ORL e Cirurgia Cérvico-Facial, tendo exercido no triénio de 1992-1995.

Foi secretário-geral da Sociedade Portuguesa de ORL em dois mandatos.

A sua vida profissional foi dedicada especialmente ao estudo do tratamento do cancro da cabeça e do pescoço.

Inicia-se na cirurgia oncológica no Hospital de São José com o Dr. Campos Henriques.

Exerce funções no Hospital de São João, no Porto, com o Prof. Afonso Ferreira Costa, continuando a dedicar-se à cirurgia oncológica até ser colocado IPOFG Porto, onde implanta e desenvolve a cirurgia da laringe, total e parcial, a cirurgia a laser, a cirurgia reconstrutiva da cabeça e do pescoço e a cirurgia da base do crâneo.

Organizou com os seus colaboradores um serviço que se transformou numa unidade de referência na oncologia da cabeça e do pescoço.

Pelas suas qualidades pessoais e humanas é amplamente merecedor do público louvor que, de acordo com a proposta do actual director do Departamento de Cirurgia Dr. Guimarães dos Santos e a concordância do conselho de administração do IPOFG Porto, lhe concedo.

31 de Outubro de 2003. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe Pereira*.

Direcção-Geral da Saúde

Hospital de São Pedro Gonçalves Telmo — Peniche

Aviso n.º 12 663/2003 (2.ª série). — Torna-se pública, por deliberação de 23 de Setembro de 2003 do conselho de administração deste Hospital, a distribuição por áreas de especialização dos lugares de enfermeiro especialista existente no quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 108/93, de 29 de Janeiro:

- Medicina física e reabilitação — 3;
- Médico-cirúrgica — 1;
- Saúde mental e psiquiátrica — 1.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Virgínia Soeiro*.

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Nome	Escalão	Índice
Auxiliar	Auxiliar técnico de BAD	Auxiliar técnico de BAD	Maria Cristina Henriques Nunes da Palma	6	244
	Auxiliar administrativo	Auxiliar administrativo	Deomilde Maria Gamito Chaimbo Costa Maria Celeste Feliciano Ferreira Maria da Conceição Luz Esperança Dias	5 3 8	167 143 210
	Artífice	Artífice	Clarisse Freitas Rodrigues de Aguiar Maria Filomena de Fátima Pacheco Rodrigues Maria José dos Santos Duarte	4 2 2	218 195 195

[...] (4) Transita para a categoria de conservador-restaurador de 2.ª classe da carreira de conservador-restaurador, ao abrigo dos n.ºs 3 e 4, alínea b), do Decreto-Lei n.º 349/99, de 25 de Agosto.
[...] (7) Transita para a categoria de técnico profissional de 2.ª classe da carreira técnico-profissional de conservação e restauro, ao abrigo dos n.ºs 3 e 4, alínea b), do Decreto-Lei n.º 349/99, de 25 de Agosto.
10 de Novembro de 2003. — O Director do Departamento de Gestão, *Luís Filipe Coelho*.

Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

Aviso n.º 12 664/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 305/98, de 7 de Outubro, e nos Decretos-Leis n.ºs 205/2000, de 1 de Setembro, e 270/2002, de 2 de Dezembro, publica-se, em anexo, a lista dos medicamentos autorizados para comparticipação em 29 de Outubro de 2003. A sua comparticipação reporta-se à data de publicação deste aviso.

10 de Novembro de 2003. — Pelo Conselho de Administração, a Vogal, *Alexandra Bordalo*.

Substância activa	Forma farmac.	Dosagem	Nome comercial	Apres.	Titular da AIM (*)	Grupo/ /Subgrupo Farmac (**)	Designação GFT (**)	Grupo Homo- géneo	Esc. (***)	Preço (PVP)	Preço de Refe- rência
Azitromicina	Comprimido revestido	500 mg	AZITROMICINA BEXAL 500 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS (a)	2 comprimidos	Bexal, Produtos Farmacêuticos, S. A.	I-4	Antibióticos		B	7,66	
Azitromicina	Comprimido revestido	500 mg	AZITROMICINA BEXAL 500 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS (a)	3 comprimidos	Bexal, Produtos Farmacêuticos, S. A.	I-4	Antibióticos		B	10,94	
Citalopram	Comprimido revestido	20 mg	CITALOPRAM BEXAL 20 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS (a)	14 comprimidos	Bexal, Produtos Farmacêuticos, S. A.	II-9	Antidepressivos e psicóticos		C	9,08	
Citalopram	Comprimido revestido	20 mg	CITALOPRAM BEXAL 20 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS a)	28 comprimidos	Bexal, Produtos Farmacêuticos, S. A.	II-9	Antidepressivos e psicóticos		C	16,35	
Citalopram	Comprimido revestido	20 mg	CITALOPRAM BEXAL 20 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS a)	56 comprimidos	Bexal, Produtos Farmacêuticos, S. A.	II-9	Antidepressivos e psicóticos		C	29,05	
Pravastatina	Comprimido	10 mg	PRAVASTATINA FARMALTER 10 MG COMPRIMIDOS a)	20 comprimidos	Farmalter	IV-7	Antilipémicos		C	8,88	
Pravastatina	Comprimido	10 mg	PRAVASTATINA FARMALTER 10 MG COMPRIMIDOS a)	30 comprimidos	Farmalter	IV-7	Antilipémicos		C	12,39	

Substância activa	Forma farmac.	Dosagem	Nome comercial	Apres.	Titular da AIM (*)	Grupo/ /Subgrupo Farmac (**)	Designação GFT (**)	Grupo Homo- géneo	Esc. (***)	Preço (PVP)	Preço de Refe- rência
Pravastatina	Comprimido	40 mg	PRAVASTATINA FARMALTER 40 MG COMPRIMIDOS a)	30 comprimidos	Farmalter	IV-7	Antilipémicos		C	38,57	
Pravastatina	Comprimido	40 mg	PRAVASTATINA FARMALTER 40 MG a)	60 comprimidos	Farmalter	IV-7	Antilipémicos		C	69,02	
Sinvastatina	Comprimido revestido	10 mg	SINVESTATINA BEXAL 10 MG COMPRIMIDOS a)	20 comprimidos	Bexal - Produtos Farmacêuticos S. A.	IV-7	Antilipémicos		C	8,72	
Sinvastatina	Comprimido revestido	10 mg	SINVESTATINA BEXAL 10 MG COMPRIMIDOS a)	30 comprimidos	Bexal - Produtos Farmacêuticos S. A.	IV-7	Antilipémicos		C	11,32	
Sinvastatina	Comprimido revestido	20 mg	SINVESTATINA BEXAL 20 MG COMPRIMIDOS a)	20 comprimidos	Bexal - Produtos Farmacêuticos S. A.	IV-7	Antilipémicos		C	19,79	
Sinvastatina	Comprimido revestido	20 mg	SINVESTATINA BEXAL 20 MG COMPRIMIDOS a)	30 comprimidos	Bexal - Produtos Farmacêuticos S. A.	IV-7	Antilipémicos		C	28,02	
Sinvastatina	Comprimido revestido	40 mg	SINVESTATINA BEXAL 40 MG COMPRIMIDOS a)	20 comprimidos	Bexal - Produtos Farmacêuticos S. A.	IV-7	Antilipémicos		C	30,08	
Sinvastatina	Comprimido revestido	40 mg	SINVESTATINA BEXAL 40 MG COMPRIMIDOS a)	30 comprimidos	Bexal - Produtos Farmacêuticos S. A.	IV-7	Antilipémicos		C	42,97	

(*) Autorização de Introdução no Mercado;

(**) De acordo com a classificação farmacoterapêutica definida pela Portaria n.º 743/93, de 16 de Agosto;

(***) Escalão A (100%); Escalão B (70%); Escalão C (40%); **Medicamento Genérico**: Escalão A (100%); Escalão B (80%); Escalão C (50%);

a) Medicamento genérico.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E HABITAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas

Despacho n.º 23 022/2003 (2.ª série). — João Fonseca Osório de Castro requereu ao Supremo Tribunal Administrativo a suspensão da eficácia do despacho, do Secretário de Estado das Obras Públicas, n.º 15 527/2003 (2.ª série), de 24 de Julho de 2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 8 de Agosto de 2003, que corre termos no Supremo Tribunal Administrativo sob o n.º 1595/03-A.

Considerando que pelo despacho supra-identificado foi declarada a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação de um conjunto de parcelas de terreno necessárias à construção da obra da EN 114 — beneficiação entre Montemor-o-Novo e proximidades de Évora;

Que entre as parcelas abrangidas pela mencionada declaração de utilidade pública da expropriação se encontram as parcelas n.ºs 9 e 10 relativamente às quais o referido requerimento visa suspender a eficácia da declaração de utilidade pública;

Que a urgência das expropriações dos bens imóveis para a execução desta obra se fundamenta no disposto no artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949;

Que a EN 114 é uma via essencial de ligação entre Évora e Montemor-o-Novo;

Que é uma alternativa ao troço da A6 — Montemor-o-Novo-Évora;

Que a EN 114 é uma estrada nacional com um nível de tráfego elevado onde surgem com frequência acidentes, o que exige a sua beneficiação com particular importância para a remodelação das intersecções e criação de uma 3.ª via de circulação, por forma a garantir a fluidez do tráfego e a segurança dos seus milhares de utilizadores diários;

Que em 17 de Julho de 2003 foi celebrado o contrato de empreitada para a construção da obra da EN 114 — beneficiação entre Montemor-o-Novo e proximidades de Évora;

Que em 18 de Agosto de 2003 foi feita a consignação da obra, encontrando-se os trabalhos em curso;

Que a impossibilidade de construção nas parcelas n.ºs 9 e 10 inviabiliza o melhoramento do entroncamento com a via municipal de acesso à Pintada e ao Parque de Merendas que é muito frequentado não só pelos utentes da via, mas também pelas populações locais;

Que dada a impossibilidade descrita no ponto anterior estaremos a contribuir para a sinistralidade rodoviária, uma vez que nos encontramos perante um ponto sensível no que respeita à segurança rodoviária;

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 80.º da Lei do Processo nos Tribunais Administrativos, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/85, de 16 de Junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 12/86, de 21 de Maio, reconheço a existência de grave urgência para o interesse público na imediata execução do meu despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas, n.º 15 527/2003 (2.ª série), de 24 de Julho de 2003, que declarou a utilidade pública da expropriação de um conjunto de parcelas de terreno necessárias à construção da obra da EN 114 — beneficiação entre Montemor-o-Novo e proximidades de Évora, nelas se incluindo as parcelas n.ºs 9 e 10, determinando, em consequência, que, não obstante a apresentação do pedido de suspensão da eficácia, se prossiga com a sua execução.

5 de Novembro de 2003. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, *Jorge Fernando Magalhães da Costa*.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Declaração (extracto) n.º 363/2003 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado da Administração Local, por despacho de 5 de Novembro de 2003, a pedido da Câmara Municipal de Leiria, declarou a utilidade pública da expropriação com carácter de urgência do prédio a seguir referenciado e identificado na planta em anexo:

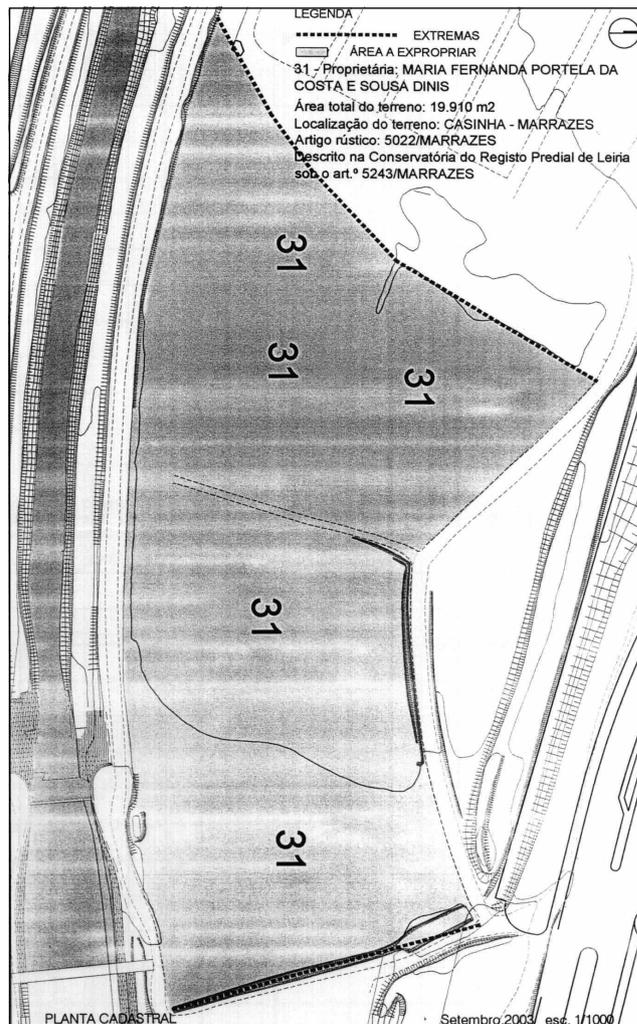
Prédio rústico, com a área de 19 910 m², propriedade de Maria Fernanda Portela da Costa e Sousa Dinis, inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de Marrazes sob o artigo 5022

e descrito na Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o n.º 5243/Marrazes.

A expropriação tem por fim a execução de acessibilidades ao Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa e a construção de um espaço verde, lúdico e de lazer.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e no uso de competência delegada pelo despacho n.º 9016/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 8 de Maio de 2003, do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica n.º 98/DSJ, de 4 de Novembro de 2003, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.002.03 daquela Direcção-Geral.

17 de Novembro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Anabela Santos*.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

Direcção Regional de Saúde

Centro de Saúde de Vila do Porto

Rectificação n.º 4/2003/A. — Rectifica-se o aviso n.º 31/2003/A (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 245, de 22 de Outubro de 2003, pelo que onde se lê, no n.º 1, «concurso externo de ingresso para provimento de uma vaga de técnico de higiene e saúde ambiental de 2.ª classe da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, do quadro de pessoal do Centro de Saúde de Vila do Porto» devese «concurso externo de ingresso para provimento de uma vaga de técnico de saúde ambiental de 2.ª classe

da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, do quadro de pessoal do Centro de Saúde de Vila do Porto».

10 de Novembro de 2003 — O Presidente do Conselho de Administração, *Carlos Alberto Fernandes dos Santos Pinto*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extracto) n.º 23 023/2003 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 6 de Novembro de 2003, no uso de competência delegada:

Dr.ª Teresa Teixeira Sá Lopes, juíza de direito interina do 3.º Juízo do Tribunal de Família e Menores da Comarca do Porto — nomeada, como requereu, juíza de direito efectiva do mesmo Tribunal, nos termos do artigo 45.º, n.º 3, da Lei n.º 21/85, de 30 de Julho, na redacção dada pela Lei n.º 10/94, de 5 de Maio. (Posse imediata.)

6 de Novembro de 2003. — O Juiz-Secretário, *José Eduardo Sapateiro*.

Rectificação n.º 2228/2003. — Por ter ocorrido lapso na publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 263, de 13 de Novembro de 2003, da deliberação de 10 de Julho de 2003 e da deliberação de 23 de Outubro de 2003 do Plenário do Conselho Superior da Magistratura, rectifica-se que, na p. 16 942, col. 2.ª, onde se lê «a partir de 10 de Outubro de 2003» deve ler-se «a partir de 11 de Outubro de 2003».

13 de Novembro de 2003. — O Juiz-Secretário, *José Eduardo Sapateiro*.

TRIBUNAL DE CONTAS

Gabinete do Conselheiro Presidente

Resolução (extracto) n.º 1/2003-1.ª S/PL. — O plenário da 1.ª Secção do Tribunal de Contas, reunido em sessão de 11 de Novembro de 2003, deliberou o seguinte:

- Não será accionada a dispensa de fiscalização prévia prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 98/97;
- Serão realizadas auditorias relativas ao exercício da fiscalização prévia se, perante casos concretos que o justifiquem, tal vier a ser determinado em subsecção.

Tendo presentes os princípios e critérios fixados no plano trienal para o planeamento, selecção e execução das acções e auditorias de fiscalização concomitante;

Tendo por objectivo assegurar o controlo de entidades das administrações central e local e em articulação com o programa de fiscalização da 2.ª Secção:

Serão objecto de fiscalização concomitante no ano 2004:

- Entidades do sector público administrativo ⁽¹⁾ ⁽²⁾ ⁽³⁾;
Autarquias locais ⁽¹⁾ ⁽²⁾ ⁽³⁾.

⁽¹⁾ As acções de fiscalização concomitante na área de empreitadas e de aquisição de bens e serviços serão direccionadas para o acompanhamento de contratos, seleccionados na sequência de uma análise múltipla de riscos.

⁽²⁾ As acções de fiscalização concomitante na área dos contratos financeiros incidirão sobre as diferentes formas de endividamento evidenciadas no levantamento resultante da acção de fiscalização concomitante realizada sobre esta temática no ano 2003.

A concretização das acções poderá assumir a forma vertical ou horizontal, obedecendo a respectiva selecção a critérios de auditoria baseada numa análise múltipla de riscos.

⁽³⁾ As acções de fiscalização concomitante na área de pessoal serão direccionadas para procedimentos concretos, ordenadas pelos juízes conselheiros da área em consequência de uma análise prospectiva de riscos múltiplos.

11 de Novembro de 2003. — O Conselheiro Vice-Presidente, *Ernesto Cunha*.

TRIBUNAL MILITAR TERRITORIAL DE ELVAS

Anúncio n.º 181/2003 (2.ª série). — Faz-se saber que, por despacho de 11 de Novembro de 2003, proferido nos autos de processo comum n.º 27/99, a correr termos no Tribunal Militar Territorial de Elvas, em que é arguido NIM 00791898, soldado SEN António Henriques Pereira de Sousa, da EPSM, solteiro, nadador-salvador, nascido a 11 de Março de 1980, natural de Veiros, Eatareija, filho de António Henriques de Sousa e de Domingas Maria dos Santos Pereira Almeida, residente na Rua do Independente Futebol Clube Torrense, 5, 2.º, direito, 2840-438 Torre da Marinha, foi declarada caduca a declaração de contumácia proferida contra o referido arguido, nos termos dos artigos 336.º, n.ºs 1 e 3, e 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

11 de Novembro de 2003. — O Juiz Auditor, *Joaquim José Felizardo Paiva*. — O Secretário, *Vanessa Alexandra Fernandes Simões Dias*.

ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Declaração n.º 364/2003 (2.ª série). — Declara-se que o Dr. Joel Teixeira Frederico da Silveira renunciou ao mandato de membro da Alta Autoridade para a Comunicação Social, nos termos da alínea *b*) do artigo 14.º da Lei n.º 43/98, de 6 de Agosto, com efeitos a partir de 20 do corrente mês.

13 de Novembro de 2003. — O Presidente, *Armando Figueira Torres Paulo*.

UNIVERSIDADE ABERTA

Despacho (extracto) n.º 23 024/2003 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 12 de Novembro do corrente ano:

Doutora Teresa Maria da Conceição Joaquim, professora auxiliar, com contrato administrativo de provimento nesta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 25 de Novembro de 3 de Dezembro do corrente ano.

14 de Novembro de 2003. — A Administradora, *Alexandra Sevinat Pontes*.

Despacho (extracto) n.º 23 025/2003 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 14 de Novembro do corrente ano:

Doutora Maria Natália Pereira Ramos, professora auxiliar, com contrato administrativo de provimento nesta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 24 de Novembro de 13 de Dezembro do corrente ano.

14 de Novembro de 2003. — A Administradora, *Alexandra Sevinat Pontes*.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Despacho n.º 23 026/2003 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e por despachos do reitor da Universidade dos Açores e do conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, ambos de 7 de Novembro de 2003, foi autorizada a transferência de Francisco José Massa Flor Franco, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Serviço de Apoio Regional dos Açores do Tribunal de Contas, para o quadro de pessoal não docente da Universidade dos Açores.

O presente despacho produz efeitos, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de Dezembro de 2003.

13 de Novembro de 2003. — O Administrador, *Luís Duarte Pereira da Terra*.

Reitoria

Despacho n.º 23 027/2003 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no uso da delegação de competências constante da alínea *b*) do despacho n.º 13 861/2002 (2.ª série), de 6 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, aprovo o programa de provas de conhecimentos dos concursos de ingresso e acesso na carreira técnica superior, área de gestão, do quadro de pessoal não

docente desta Universidade, anexo ao presente despacho, de que faz parte integrante.

11 de Novembro de 2003 — O Reitor, *Avelino de Freitas de Meneses*.

Programa de provas de conhecimentos do grupo de pessoal técnico superior da Universidade dos Açores na área de gestão — ingresso e acesso.

A Universidade dos Açores:

Estrutura orgânica do Ministério da Ciência e do Ensino Superior;
Estrutura orgânica e funcional da Universidade dos Açores e respectivas atribuições genéricas.

Direito administrativo

Administração Pública e o direito administrativo.

A função administrativa, confronto com as outras funções do Estado.

A organização administrativa.

A actividade administrativa:

O regulamento;
O acto administrativo;
O contrato administrativo.

Formas de responsabilidade e de controlo da Administração Pública.

As garantias dos particulares.

Regime jurídico-laboral da Administração Pública.

Regime jurídico das empreitadas de obras públicas.

Regime jurídico das aquisições de bens e serviços.

Finanças públicas

Actividade financeira: seu enquadramento nas funções do Estado. A estrutura da administração pública financeira portuguesa: sectores e subsectores financeiros.

As instituições financeiras públicas portuguesas.

Orçamentos do Estado:

Noções, funções, estruturas;
Elaboração e execução: seus princípios e regras;
Alterações.

Regime dos serviços e organismos do Estado.

Regime jurídico da realização de despesas públicas.

Os empréstimos públicos e a(s) dívida(s) pública(s).

As contas.

O controlo dos orçamentos e das contas.

A responsabilidade financeira.

Auditoria

Conceito, tipos de auditoria e seus objectivos. Métodos e técnicas da auditoria. Fases da auditoria.

Contabilidade

Contabilidade geral — pública e patrimonial.

Considerações gerais — sistema contabilístico dos serviços e organismos do Estado.

Contabilidade pública:

Documentos de registos das operações contabilísticas - obrigatórios e facultativos;
Classificação das receitas e despesas públicas;
Operações de tesouraria;
Documento de prestação de contas.

Contabilidade patrimonial:

Normalização contabilística — POC-E (Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação);
Demonstrações financeiras;
Caracterização e movimentação das contas;
Operações de fim de exercício;
Consolidação de contas;
Documentos de prestação de contas.

Contabilidade analítica.

A contabilidade analítica como instrumento de gestão — funções de gestão e gestão orçamental.

Contabilidade de custos:

Custos — classificação e apuramento;
Centros de custos;

Sistemas de contas;

Sistema de apuramento de custos;

Custos padrão;

Controlo orçamental — análise dos desvios.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Aviso n.º 12 665/2003 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Novembro de 2003 do vice-reitor da Universidade de Aveiro, foi constituído da seguinte forma o júri para apreciação do processo de reconhecimento de habilitações a nível de mestrado requerido por António Fernando Ferreira da Silva:

Presidente — Doutor João Pedro Paiva de Oliveira, professor catedrático da Universidade de Aveiro.

Vogais:

Doutor José Tomás Henriques, professor auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutora Helena Maria da Silva Santana, professora auxiliar da Universidade de Aveiro.

11 de Novembro de 2003. — O Administrador, *José da Cruz Costa*.

Aviso n.º 12 666/2003 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Novembro de 2003 do vice-reitor da Universidade de Aveiro, foi constituído da seguinte forma o júri para apreciação do processo de reconhecimento de habilitações a nível de mestrado requerido por Marta Garcia Tunes Eufrazio:

Presidente — Doutor João Pedro Paiva de Oliveira, professor catedrático da Universidade de Aveiro.

Vogais:

Doutor José Tomás Henriques, professor auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutora Helena Maria da Silva Santana, professora auxiliar da Universidade de Aveiro.

11 de Novembro de 2003. — O Administrador, *José da Cruz Costa*.

Aviso n.º 12 667/2003 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Novembro de 2003 do vice-reitor da Universidade de Aveiro, foi constituído da seguinte forma o júri para apreciação do processo de reconhecimento de habilitações a nível de mestrado requerido por Vitali Romanovitch Dotsenko:

Presidente — Doutor João Pedro Paiva de Oliveira, professor catedrático da Universidade de Aveiro.

Vogais:

Doutor José Tomás Henriques, professor auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutora Helena Maria da Silva Santana, professora auxiliar da Universidade de Aveiro.

11 de Novembro de 2003. — O Administrador, *José da Cruz Costa*.

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Despacho n.º 23 028/2003 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 23 de Julho de 2003:

Licenciada Maria de Fátima Teresa Paiva — autorizada a sua contratação como professora associada convidada, a tempo parcial, 20%, e em regime de acumulação, além quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2003.

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado com as alterações pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, publica-se a seguir o parecer que fundamenta este convite.

Parecer

A licenciada Maria de Fátima Teresa Paiva concluiu a licenciatura em Medicina na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, em 1978, tendo obtido a classificação final de 14 valores.

Efectuou o internato geral de 1 de Janeiro de 1979 a 31 de Dezembro de 1980, no Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

Efectuou o concurso de ingresso no internato complementar a 29 de Outubro de 1982, tendo obtido a classificação de *Suficiente*, 55 %.

Efectuou o internato complementar de Medicina Interna no Hospital Distrital da Covilhã, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1983, e 22 meses durante o período de 1 de Maio de 1984 a 31 de Dezembro de 1987, no Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

Após o exame de saída do internato complementar, obteve o grau de assistente hospitalar de medicina interna, com a classificação de 16,5 valores.

Em 23 de Dezembro de 1988, obteve no concurso de provimento para o lugar de assistente hospitalar de medicina interna da carreira médica hospitalar o 1.º lugar, com classificação de 18,5 valores.

Obteve no concurso de chefe de serviço de medicina interna da carreira médica hospitalar a classificação de 18,7 valores.

Entre vários cargos médicos e de gestão, chefia o serviço de medicina, em substituição do seu director, Dr. Garcia de Oliveira, e é chefe de equipa do serviço de urgência interna/externa no Centro Hospitalar da Cova da Beira.

Tem vários cursos pós-graduados, incluindo o curso superior de Medicina Legal do Instituto Superior de Medicina Legal de Lisboa, o curso de gestão em Serviços de Saúde da Ordem dos Médicos de Lisboa e outros na áreas de oncologia e formação pedagógica.

Apresentou 23 trabalhos em reuniões científicas, palestras e mesas redondas nacionais e tem um trabalho publicado. Foi ainda membro do júri em seis concursos.

Em face do atrás descrito, somos de parecer que a licenciada Maria de Fátima Teresa Paiva reúne as condições científicas, pedagógicas e profissionais para ser contratada como professora associada convidada a 20 %, pela Universidade da Beira Interior, a partir do dia 1 de Setembro de 2003.

16 de Julho de 2003. — *Manuel José dos Santos Silva — Júlio Feroso Garcia — João António Sampaio Rodrigues Queiroz.*

(Isento de visto do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1 da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

4 de Novembro de 2003. — O Administrador, *José Esteves Correia Pinheiro.*

Despacho (extracto) n.º 23 029/2003 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 23 de Julho de 2003:

Licenciado Luís Filipe da Fonseca Lopes da Silveira — autorizada a contratação como professor associado convidado a tempo parcial, de 20 %, e em regime de acumulação, além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2003.

Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado com as alterações introduzidas pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, publica-se a seguir o parecer que fundamenta este convite:

Parecer

O licenciado Luís Filipe da Fonseca Lopes da Silveira concluiu a licenciatura em Medicina em 1975 e em 1977 ingressou como médico eventual no Hospital Distrital da Figueira da Foz.

Entre 1981 e 1987 realizou o internato complementar no serviço de Cirurgia I dos Hospitais da Universidade de Coimbra, o qual concluiu com a classificação final de 19 valores.

Em 1988 é transferido para o Hospital Distrital da Covilhã, desempenhando as funções de chefe de equipa de urgência e de substituto do director do serviço de cirurgia.

Entre 1989 e 1990 exerceu funções de assistente hospitalar dos Hospitais da Universidade de Coimbra, tendo desenvolvido, entre outras, actividades como chefe da equipa cirúrgica da urgência.

Em 1994 é aprovado no concurso para consultor da carreira médica hospitalar.

De 1997 a 2000 exerceu funções no Hospital Distrital de Águeda.

Em 2000 ingressa como chefe de serviço de cirurgia do Centro Hospitalar Cova da Beira, desempenhando actualmente as funções de director de serviço de cirurgia do mesmo hospital.

Ao longo da sua actividade profissional, destacam-se inúmeras funções de chefia e de responsabilidade por diversas actividades hospitalares. Destaca-se ainda uma comissão de serviço em São Tomé e Príncipe, no Hospital Aires de Menezes.

Como actividades académicas, encontra-se no seu currículo experiência como docente (assistente convidado) nos Hospitais da Universidade de Coimbra, tendo também estado envolvido em actividades do Departamento de Formação e Educação Permanente do Hospital Distrital de Águeda, e participou na organização e ou funcionamento de cursos de pós-graduação.

Em termos científicos, distinguem-se actividades de participação e organização de reuniões científicas, bem como inúmeros trabalhos científicos publicados, sob a forma de comunicação, *poster* ou artigo. Proferiu 242 comunicações orais, das quais 42 foram apresentadas como primeiro autor. Apresentou 30 *posters*, dos quais 8 como primeiro autor, tendo recebido 3 primeiros prémios. Tem 29 trabalhos publicados, sendo primeiro autor em 8 deles, incluindo-se ainda um capítulo num compêndio de cirurgia.

Com base na descrição anterior do seu currículo, somos do parecer que o licenciado Luís Filipe da Fonseca Lopes da Silveira reúne as condições científicas, pedagógicas e profissionais para ser contratado como professor associado convidado, a 20 %, pela Universidade da Beira Interior, a partir do dia 1 de Setembro de 2003.

16 de Julho de 2003. — *Manuel José dos Santos Silva — Júlio Feroso Garcia — João António de Sampaio Rodrigues Queiroz.*

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2003. — O Administrador, *José Esteves Correia Pinheiro.*

Despacho (extracto) n.º 23 030/2003 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 14 de Novembro de 2003:

Doutor Carlos Manuel Pereira Cabrita, professor associado de nomeação definitiva, com agregação, do quadro de pessoal docente desta Universidade — nomeado, precedendo concurso documental, professor catedrático, do mesmo quadro, ficando exonerado da anterior categoria a partir da data do termo de aceitação. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2003. — O Administrador, *José Esteves Correia Pinheiro.*

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Serviços Administrativos

Despacho (extracto) n.º 23 031/2003 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 5 de Novembro de 2003:

Doutora Hermínia Maria Vasconcelos Alves Vilar, professora auxiliar — nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a 23 de Outubro de 2003, face à deliberação do conselho científico da Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais, na sessão de 22 de Outubro de 2003, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Relatório de provimento definitivo da professora auxiliar da Universidade de Évora Doutora Hermínia Vilar

Nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, tendo em conta o pedido apresentado nesse sentido pela candidata, o conselho científico da Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais regista o seguinte:

1 — Reunido o conselho científico da Área Departamental, foi submetido à apreciação deste o processo referente à Doutora Hermínia Vilar, que requeria o seu provimento definitivo como professora auxiliar.

2 — Os pareceres dos professores Luís Adão da Fonseca, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e Maria Helena da Cruz Coelho, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, são ambos positivos do ponto de vista pedagógico e científico.

3 — Após troca de impressões, seguiu-se a votação do provimento solicitado pela requerente, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

4 — Todos os elementos referidos neste relatório constam da acta da sessão do conselho científico do dia 22 de Outubro do ano em curso.

23 de Outubro de 2003. — O Presidente do Conselho Científico da Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais, *José Alberto Gomes Machado.*

10 de Novembro de 2003. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura.*

Despacho (extracto) n.º 23 032/2003 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 5 de Novembro de 2003:

Doutor Olivier Martins Louis Albert René Feron, professor auxiliar — nomeado definitivamente na mesma categoria com efeitos a 23 de Outubro de 2003, face à deliberação do conselho científico da área departamental de Ciências Humanas e Sociais, na sessão de 22 de Outubro de 2003, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Relatório de provimento definitivo do professor auxiliar da Universidade de Évora Doutor Olivier Feron

Nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, tendo em conta o pedido apresentado nesse sentido pelo candidato, o conselho científico da área departamental de Ciências Humanas e Sociais regista o seguinte:

1 — Reunido o conselho científico da área departamental, foi submetido à apreciação deste o processo referente ao Doutor Olivier Feron, que requeria o seu provimento definitivo como professor auxiliar.

2 — Os pareceres dos professores Manuel Ferreira Patrício, da Universidade de Évora, e Michel Renaud, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, são ambos positivos do ponto de vista pedagógico e científico.

3 — Após troca de impressões, seguiu-se a votação do provimento solicitado pelo requerente, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

4 — Todos os elementos referidos neste relatório constam da acta da sessão do conselho científico do dia 22 de Outubro do ano em curso.

23 de Outubro de 2003. — O Presidente do Conselho Científico da Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais, *José Alberto Gomes Machado*.

10 de Novembro de 2003. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 23 033/2003 (2.ª série). — Foram designados, por despacho do vice-reitor de 5 de Novembro de 2003, por delegação, para fazerem parte do júri do concurso para provimento de um lugar de professor catedrático, área de Anatomia e Biologia Celular, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, os seguintes professores:

Presidente — Vice-reitor da Universidade de Lisboa.
Vogais:

Doutora Deolinda Maria Valente Alves Lima Teixeira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Doutor José António Rebocho Esperança Pina, professor catedrático da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor João Lobo Antunes, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Doutora Maria do Carmo Salazar Velez Roque da Fonseca, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Doutor João Alcindo Pereira Martins e Silva, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Doutor Luís Filipe Sobral da Silva Carvalho, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

5 de Novembro de 2003. — O Vice-Reitor, *João Sousa Lopes*.

Faculdade de Medicina

Contrato (extracto) n.º 1599/2003. — Por despachos do vice-reitor das datas abaixo indicadas, por delegação do reitor:

De 17 de Outubro de 2003:

Licenciado Carlos Manuel Ribeiro — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de

assistente convidado a 30%, com efeitos a 20 de Outubro de 2003, válido por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos.

De 13 de Março de 2003:

Licenciada Anabela Maria Rebelo Morais — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente convidada a 40%, com efeitos a 14 de Março de 2003, válido por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos.

De 14 de Outubro de 2003:

Licenciada Maria Manuela da Silva Doroana — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente convidada a 40%, com efeitos a 15 de Outubro de 2003, válido por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos.

De 29 de Outubro de 2003:

Licenciado Paulo Oom Ferreira de Sousa — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente convidado a 40%, com efeitos a 3 de Novembro de 2003, válido por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Outubro de 2003. — O Secretário, *David Xavier*.

Museu da Ciência

Despacho (extracto) n.º 23 034/2003 (2.ª série). — Por despacho do reitor de 23 de Outubro de 2003:

Doutora Marta Cristina Catarino Lourenço, assistente de investigação do Museu da Ciência desta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 8 de Novembro de 2003 a 8 de Novembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Novembro de 2003. — A Administradora, *Maria Luísa Machado Cerdeira*.

Rectificação n.º 2229/2003. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 19 148/2003 (2.ª série), no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 231, de 6 de Outubro de 2003, a p. 15 100, rectifica-se que onde se lê «Cláudia Alexandra Serrano Pereira — celebrado contrato administrativo de provimento, por um ano, como assistente administrativa da carreira administrativa do Museu de Ciência, desta Universidade, com efeitos a 1 de Outubro de 2003, e automaticamente prorrogado até à data da aceitação da nomeação, se entretanto não for denunciado.» deve ler-se «Cláudia Alexandra Serrano Pereira — por despacho do reitor de 23 de Outubro de 2003, nomeada provisoriamente por um ano, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a 1 de Outubro de 2003, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, como assistente administrativa da carreira administrativa do Museu de Ciência desta Universidade, na sequência de concurso externo de ingresso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 25 de Julho de 2003.».

11 de Novembro de 2003. — A Administradora, *Maria Luísa Machado Cerdeira*.

Museu Nacional de História Natural

Despacho (extracto) n.º 23 035/2003 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 8 de Julho de 2003, proferido por delegação do reitor:

Francisco José Advinha — autorizada a realização de contrato de trabalho a termo certo, após aprovação em concurso, por um ano, renovável por igual período, para exercer funções equiparadas às de operário qualificado (jardineiro), ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro, com efeitos a 1 de Novembro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — A Administradora, *Maria Luísa Machado Cerdeira*.

Despacho (extracto) n.º 23 036/2003 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 8 de Julho de 2003, proferido por delegação do reitor:

Joaquim Silvestre Sardinha — autorizada a realização de contrato de trabalho a termo certo, após aprovação em concurso, por um ano, renovável por igual período, para exercer funções equiparadas às de operário qualificado (jardineiro), ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro, com efeitos a 1 de Novembro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — A Administradora, *Maria Luísa Machado Cerdeira*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 23 037/2003 (2.ª série). — Por meu despacho de 24 de Outubro de 2003, foram nomeados os professores a seguir indicados para fazerem parte do júri das provas para obtenção do título de agregado no grupo de Linguística, disciplina de Linguística Histórica, requeridas pelo Doutor António Henrique de Albuquerque Emiliano da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas desta Universidade:

Presidente — Reitor da Universidade Nova de Lisboa.
Vogais:

- Doutora Maria Emília do Carmo Ricardo Marques, professora catedrática aposentada da Universidade Aberta.
- Doutor Stephen R. Parkinson, professor da Faculty of Medieval and Modern Languages Sub-Faculty of Portuguese, Universidade de Oxford.
- Doutor Ramón Lorenzo, professor da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela.
- Doutora Maria do Rosário Álvarez Blanco, professora da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela.
- Doutora Clarinda de Azevedo Maia, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Doutor Ivo José de Castro, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Doutora Maria Isabel Hub de Faria, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino, professora catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

13 de Novembro de 2003. — O Vice-Reitor, *Mário Vieira de Carvalho*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 23 038/2003 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Agosto de 2003 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Fernando Júlio de Carvalho Príncipe — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado além do quadro, com 40% do vencimento, da disciplina de Hematologia Clínica da Faculdade de Medicina desta Universidade, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

3 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 23 039/2003 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Novembro de 2003 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Susana Maria Costa Dias — nomeada provisoriamente, por um ano, assistente administrativa da Faculdade de Engenharia, desta Uni-

versidade, com efeitos a partir da data da posse. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 23 040/2003 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Setembro de 2003 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Catarina João Capela Ribeiro — contratada em regime de contrato de trabalho a termo certo como técnica superior de 2.ª classe da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desta Universidade, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2003, pelo período de dois anos. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 23 041/2003 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Setembro de 2003 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado José Luís Alves Soares Barbosa — contratado, por conveniência urgente de serviço, como monitor além do quadro do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia, desta Universidade, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2003 e pelo período de 10 meses. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 23 042/2003 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Agosto de 2003 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Alexandra Maria Monteiro Gouveia — contratada, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidada além do quadro da Faculdade de Farmácia desta Universidade, com efeitos a partir de 13 de Fevereiro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 23 043/2003 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Setembro de 2003 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Rui Miguel Belchior Mesquita Tavares — contratado, por conveniência urgente de serviço, como monitor além do quadro do Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores da Faculdade de Engenharia, desta Universidade, com efeitos a partir de 17 de Setembro de 2003 e pelo período de nove meses. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 23 044/2003 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Setembro de 2003 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Nuno Cláudio de Carvalho Mendes Machado — contratado, por conveniência urgente de serviço, como monitor além do quadro do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia desta Universidade, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2003 e pelo período de 10 meses. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 23 045/2003 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Setembro de 2003 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Altino Moreira da Silva — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado além do quadro, com 50% do vencimento, do Departamento de Engenharia Mecâ-

nica e Gestão Industrial da Faculdade de Engenharia, desta Universidade, com efeitos a partir de 16 de Setembro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 23 046/2003 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Setembro de 2003 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Pedro Miguel Barbosa Alves Costa — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente estagiário além do quadro da Faculdade de Engenharia, desta Universidade, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 23 047/2003 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Setembro de 2003 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Carlos Filipe Ferreira de Sousa — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente estagiário além do quadro da Faculdade de Engenharia, desta Universidade, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 23 048/2003 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Agosto de 2003 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Fernanda Maria Trigo Rodrigues Miranda — contratada, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidada além do quadro, com 40% do vencimento, da disciplina de Hematologia Clínica da Faculdade de Medicina desta Universidade, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 23 049/2003 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Setembro de 2003 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Manuel Jorge Candeias Padilha — contratado, por conveniência urgente de serviço, como monitor além do quadro do Departamento de Engenharia Electrónica e de Computadores da Faculdade de Engenharia, desta Universidade, com efeitos a partir de 17 de Setembro de 2003 e pelo período de nove meses. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 23 050/2003 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Setembro de 2003 do reitor da Universidade do Porto:

Licenciado Paulo Martins Sena Esteves, assistente convidado além do quadro, com 20% do vencimento, da Faculdade de Economia desta Universidade — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado além do quadro, com 50% do vencimento, da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 22 de Setembro de 2003, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 23 051/2003 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Fevereiro de 2003 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Isabel Maria Sendim Aires Pereira — contratada, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidada além do quadro, com 40% do vencimento, da disciplina de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina desta Universidade, com efeitos a partir de 17 de Fevereiro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Novembro de 2003. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Faculdade de Medicina

Despacho n.º 23 052/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do determinado na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se a lista dos subsídios concedidos pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto no 1.º semestre de 2003:

Beneficiário	Benefício auferido	Valor (em euros)	Data da decisão
Associação de Estudantes da FMUP	Concedido à aluna Sílvia Dias para participação no «Annual General Meeting» em Siena, Itália.	625	3-2-2003
Arquivos de Medicina	<i>Revista de Ciência e Arte Médicas</i>	5 000	19-12-2002
Associação de Estudantes da FMUP	Campeonato Mundial Universitário de Futsal realizado em Antuérpia.	1 500	10-3-2003
Associação de Estudantes da FMUP	Imposição de insígnias da Queima das Fitas 2003	200	27-3-2003
Associação de Estudantes da FMUP	Edição de um CD	2 500	7-4-2003
Associação de Estudantes da FMUP	Beberete da Queima das Fitas	346,16	15-4-2003
Associação de Estudantes da FMUP	Produção do livro de curso, baile de gala da Queima das Fitas e viagem de final de curso.	3 000	17-4-2003
Associação de Estudantes da FMUP	Assembleia geral da Federação Internacional de Estudantes de Medicina (IFMSA).	1 500	12-6-2003
Associação de Estudantes da FMUP	Digressão anual da tuna aos EUA e Canadá	1 745,79	11-6-2003
	<i>Total</i>	16 416,95	

29 de Setembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Manuel Amarante*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Reitoria

Edital n.º 1376/2003 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Novembro de 2003 do reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Prof. Doutor José Dias Lopes da Silva, é constituído, de acordo com o estabelecido no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, o júri do concurso documental, aberto pelo aviso n.º 5929/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 9 de Maio de 2003, para provimento de um lugar de professor associado do Departamento de Engenharia

Civil e Arquitectura, na área científica de Sistemas de Apoio ao Projecto, nos grupos de disciplinas de Sistemas de Informação ou Modelação Geométrica ou Cartografia, do Instituto Superior Técnico, nos seguintes termos:

Presidente — Reitor da Universidade Técnica de Lisboa.
Vogais:

Doutor Manuel Américo Gonçalves da Silva, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor José Manuel Pereira Vieira, professor catedrático da Universidade do Minho.

Doutor Luís António de Castro Valadares Tavares, professor catedrático do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor José Manuel Nunes Salvador Tribolet, professor catedrático do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor António Ressano Garcia Lamas, professor catedrático do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor José Manuel Caré Baptista Viegas, professor catedrático do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Fernando José Silva e Nunes da Silva, professor catedrático do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor João Manuel Martins Casaca, investigador-coordenador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2003. — O Administrador, *José Manuel Correia*.

Rectificação n.º 2230/2003. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 256, de 5 de Novembro de 2003, o edital n.º 1226/2003 (2.ª série), o nome de um dos membros do júri do concurso para provimento de um lugar de professor associado do Departamento de Produção Agrícola e Animal, na área de Produção Animal, do Instituto Superior de Agronomia desta Universidade, rectifica-se onde se lê «Doutor Manuel António Chaveiro de Sousa Tavares» deve ler-se «Doutor Manuel António Chaveiro de Sousa Soares».

7 de Novembro de 2003. — O Administrador, *José Manuel Rosa Correia*.

Faculdade de Medicina Veterinária

Despacho n.º 23 053/2003 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa de 6 de Novembro de 2003, proferido por delegação de competências:

Maria Helena de Jesus Xavier Pina Brito — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica profissional especialista, área funcional de apoio laboratorial e ou de campo de apoio ao ensino e investigação, carreira técnico-profissional do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina Veterinária, escalão 4, índice 310, ficando exonerada da anterior categoria na data de aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Maria Judite Pereira Rodrigues — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica profissional especialista, área funcional de apoio laboratorial e ou de campo de apoio ao ensino e investigação, carreira técnico-profissional do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina Veterinária, escalão 4, índice 310, ficando exonerada da anterior categoria na data de aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Maria Eulália Rodrigues Pereira Franco — nomeada definitivamente precedendo concurso, técnica profissional especialista, área funcional de apoio laboratorial e ou de campo de apoio ao ensino e investigação, carreira técnico-profissional do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina Veterinária, escalão 4, índice 310, ficando exonerada da anterior categoria na data de aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Maria de Lurdes Alves Cordeiro — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica profissional especialista, área funcional de apoio laboratorial e ou de campo de apoio ao ensino e investigação, carreira técnico-profissional do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina Veterinária, escalão 4, índice 310, ficando exonerada da anterior categoria na data de aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Maria Madalena Freitas Monteiro Mendes — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica profissional especialista, área funcional de apoio laboratorial e ou de campo de apoio ao ensino e investigação, carreira técnico-profissional do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina Veterinária, escalão 4, índice 310, ficando exonerada da anterior categoria na data de aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Lucília Ferreira*.

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Aviso n.º 12 668/2003 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Outubro de 2003 do presidente do conselho directivo deste Instituto, por delegação de competências:

Licenciado Hugo Marco Consciência Silvestre — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de monitor, pelo período de um ano, produzindo efeitos a 18 de Dezembro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Oscar Soares Barata*.

Aviso n.º 12 669/2003 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Julho de 2003 do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, por delegação de competências:

Mestra Maria Vitória da Graça Pinto Guerra Mourão — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de assistente convidada, em regime de dedicação exclusiva, pelo período de três anos, com início em 1 de Novembro de 2003.

Engenheiro Jaime Raul Seixas Fonseca — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de assistente convidado, em regime de dedicação exclusiva, pelo período de três anos, com início em 3 de Outubro de 2003.

Licenciado João Manuel Neves Cardoso Cruz — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de assistente convidado, em regime de tempo parcial (60 %), pelo período de três anos, com início em 23 de Novembro de 2003.

Engenheiro Ludgero Barata Pinto Basto — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de assistente convidado, em regime de tempo parcial (50 %), pelo período de três anos, com início em 22 de Novembro de 2003.

Licenciado Luís Miguel Jesus dos Santos — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de assistente convidado, em regime de tempo parcial (50 %), pelo período de três anos, com início em 22 de Outubro de 2003.

Licenciada Maria Renée Cecília Pareja Aramayo — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de assistente convidada, em regime de tempo parcial (60 %), pelo período de três anos, com início em 2 de Novembro de 2003.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Oscar Soares Barata*.

Aviso n.º 12 670/2003 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Julho de 2003 do presidente do conselho directivo deste Instituto, por delegação de competências:

Licenciado Guilherme Pedro Góis Maia de Loureiro — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de monitor, pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2003.

Licenciada Maria João Militão Ferreira — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de monitora, pelo período de um ano, com início em 2 de Novembro de 2003.

Licenciado Nuno Gonçalo Henriques da Rosa — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de monitor, pelo período de um ano, com início em 2 de Outubro de 2003.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Oscar Soares Barata*.

Aviso n.º 12 671/2003 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Outubro de 2001 do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, por delegação de competências:

Mestre Carlos Manuel Pereira Botelho Moniz — rescindido o respectivo contrato administrativo de provimento como assistente, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 2001, por ter terminado o

prazo estabelecido no n.º 5 do artigo 26.º do ECDU. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Oscar Soares Barata*.

Aviso n.º 12 672/2003 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Julho de 2003 do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, por delegação de competências:

Licenciada Paula Elsa de Carvalho Moniz — rescindido o respectivo contrato administrativo de provimento como assistente convidada, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2003, por ter terminado o prazo estabelecido no n.º 1 do artigo 32.º do ECDU. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Oscar Soares Barata*.

Aviso n.º 12 673/2003 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Julho de 2003 do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, por delegação de competências:

Licenciada Isabel Maria Palma Mira Delgado Martins de Almeida d'Eça — rescindido o respectivo contrato administrativo de provimento como assistente convidada, com efeitos a partir de 18 de Outubro de 2003, por ter terminado o prazo estabelecido no n.º 1 do artigo 32.º do ECDU. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Oscar Soares Barata*.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 23 054/2003 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Outubro de 2003 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Doutora Anabela Dinis Branco de Oliveira — autorizado o contrato administrativo de provimento como professora auxiliar, com efeitos a partir de 10 de Outubro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Outubro de 2003. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 23 055/2003 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Outubro de 2003 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Doutor António Mário Domingues Silvestre — autorizado o contrato administrativo de provimento como professor auxiliar, com efeitos a partir de 17 de Outubro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Novembro de 2003. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 23 056/2003 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Novembro de 2003 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi o Prof. Doutor José Tadeu Marques Aranha, professor associado, a exercer funções nesta Universidade, nomeado definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 11 de Novembro de 2003.

Relatório a que se refere o artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

Com base nos pareceres circunstanciados e fundamentados subscritos pelos Profs. Doutores Carlos António Coelho Pacheco Marques, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e Margarida Tomé, professora catedrática do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, o conselho científico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, reunido em 5 de Novembro de 2003, considera que a actividade científica e pedagógica desenvolvida pelo Prof. Doutor José Tadeu Marques

Aranha satisfaz os requisitos do artigo 20.º do ECDU, pelo que deliberou dar parecer favorável à sua nomeação definitiva.

11 de Novembro de 2003. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 23 057/2003 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Novembro de 2003 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Prof.ª Doutora Ágata Cristina Marques Aranha de Macedo Martins, professora associada, a exercer funções nesta Universidade — nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 11 de Novembro de 2003.

Relatório a que se refere o artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

Com base nos pareceres circunstanciados e fundamentados subscritos pelos Profs. Doutores Francisco Carreiro da Costa, professor catedrático da Faculdade de Motricidade Humana, e Jorge Olímpio Bento, professor catedrático da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, o conselho científico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, reunido em 5 de Novembro de 2003, considera que a actividade científica e pedagógica desenvolvida pela Prof.ª Doutora Ágata Cristina Aranha satisfaz os requisitos do artigo 20.º do ECDU, pelo que deliberou dar parecer favorável à sua nomeação definitiva.

12 de Novembro de 2003. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Rectificação n.º 2231/2003. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 14 de Junho de 2003, o despacho (extracto) n.º 11 633/2003, rectifica-se que onde se lê «com efeitos a partir de 24 de Abril de 2003» deve ler-se «com efeitos a partir de 23 de Maio de 2003».

12 de Novembro de 2003. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Aviso n.º 12 674/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de 20 de Outubro de 2003, foram designados os seguintes professores para integrarem o júri das provas de agregação em Gestão Geral (grupo III) requeridas pelo Doutor João Manuel Macedo Ferreira Dias:

Presidente — Presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Doutor João de Freitas Ferreira de Almeida.

Vogais:

Doutor José Carlos das Dores Zorrinho, professor catedrático da Universidade de Évora.

Doutor Manuel Fernando Belo Moreira, professor catedrático do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Nelson José dos Santos António, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Doutor Jorge Correia Jesuino, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

5 de Novembro de 2003. — O Presidente, *João de Freitas Ferreira de Almeida*.

Aviso n.º 12 675/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de 20 de Outubro de 2003, foram designados os seguintes professores para integrarem o júri das provas de agregação em Psicologia Social e Organizacional (grupo X) requeridas pela Doutora Maria Luísa Soares Almeida Pedroso de Lima:

Presidente — Presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Doutor João de Freitas Ferreira de Almeida.

Vogais:

Doutora Glynis M. Breakwell, professora da University of Bath.

- Doutor Juan Ignacio Aragonés Tapia, professor da Facultad de Psicologia da Universidad Complutense de Madrid.
- Doutor Luís Manuel Soczka Martins de Carvalho, professor catedrático convidado do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.
- Doutor José Conceição Mendes Marques, professor associada com agregação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Doutor Jorge Manuel Vala Salvador, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Doutora Maria Benedicta Vassalo Pereira Basto Monteiro, professora catedrática do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Doutora Lígia Barros Queiroz Amâncio, professora catedrática do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Doutor Jorge Correia Jesuino, professor catedrático convidado do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

5 de Novembro de 2003. — O Presidente, *João de Freitas Ferreira de Almeida*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Instituto Superior de Engenharia

Deliberação n.º 1772/2003. — Torna-se público que o conselho administrativo do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC), em reunião de 30 de Outubro de 2003, de acordo com o estipulado nos artigos 23.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, e 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e com o previsto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, deliberou:

- 1) Delegar no presidente do conselho directivo, João Benjamim Rodrigues Pereira, as competências que lhe são atribuídas para a prática dos actos decisórios no âmbito dos Decretos-Leis n.ºs 197/99, de 8 de Junho, e 59/99, de 2 de Março, praticando, neste último, os actos inerentes ao dono da obra; a presente delegação é conferida com a possibilidade de subdelegação;
- 2) Delegar no vice-presidente do conselho directivo Álvaro Nuno Ferreira Silva Santos competência para autorizar a realização de despesas com aquisição de bens e serviços, por ajuste directo, até ao montante de € 4988, relacionadas com as funções e competências que lhe forem delegadas pelo presidente do conselho directivo, nos termos do artigo 22.º dos Estatutos do ISEC;
- 3) Delegar no vice-presidente do conselho directivo Nuno Miguel Fonseca Ferreira competência para autorizar a realização de despesas com aquisição de bens e serviços, por ajuste directo, até ao montante de € 4988, relacionadas com as funções e competências que lhe forem delegadas pelo presidente do conselho directivo, nos termos do artigo 22.º dos Estatutos do ISEC;
- 4) Delegar nos presidentes dos Departamentos de Engenharia Civil, Electrotécnica, Informática e de Sistemas, Mecânica, Química e de Física/Matemática competência para autorizar, de acordo com as verbas afectas a funcionamento e capital no plano de actividades, a realização de despesas com aquisição de bens e serviços relacionados com a gestão do respectivo departamento, por ajuste directo, até ao montante de € 4988, exceptuando-se as prestações de serviço e colaborações de pessoal;
- 5) Delegar no responsável pelos Serviços Administrativos e Financeiros, Augusto Almeida Assis, as funções e competências estabelecidas no artigo 73.º dos Estatutos do ISEC, bem como o pagamento de despesas através de fundo de maneo até € 500;
- 6) Delegar na responsável pelos Serviços Académicos, Maria do Carmo Oliveira Carvalho Mateus, autorização para a restituição de emolumentos e propinas;
- 7) Delegar na responsável pelos Serviços de Pessoal, Sandra Isabel Gonçalves do Amaral Simões, autorização para pagamento de despesas inerentes ao apoio geral e expediente até € 500;
- 8) Delegar na responsável pela Biblioteca, Ana Mafalda Mesquita Carvalho Sousa Machado, autorização para pagamento de despesas relacionadas com a sua área de coordenação até € 500;
- 9) Delegar na responsável pelo Gabinete de Relações Públicas e Apoio ao Estudante, Alda Maria Ferreira Antunes, autorização para pagamento de despesas relacionadas com a sua área de coordenação até € 500;
- 10) Delegar no técnico responsável pelo Gabinete Técnico de Manutenção e Instalação, José Miguel Ferreira Coelho, e no chefe da Secção do Aproveitamento e Património, José Rui Monteiro de Almeida, a competência para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, relacionados com a sua área de coordenação, até ao montante de € 500, bem como o seu pagamento através do fundo de maneo;
- 11) Que a presente delegação e subdelegação de competências é feita sem prejuízo dos poderes de avocação, supervisão e revogação, previstos na lei;
- 12) Que a presente deliberação revoga a deliberação n.º 968/2003, de 24 de Junho;
- 13) Ratificar os actos praticados no âmbito das matérias delegadas desde a data da presente reunião do conselho administrativo até à publicação da delegação de competências no *Diário da República*.

6 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Benjamim Rodrigues Pereira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Edital n.º 1377/2003 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, torna-se público que, por despacho de autorização de 13 de Novembro de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, sob proposta de 28 de Fevereiro do conselho científico da Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design das Caldas da Rainha, em conformidade com os artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias (de calendário) a partir da data de publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso de provas públicas para o recrutamento de um professor-adjunto para a área científica de Design da Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design das Caldas da Rainha, do Instituto Politécnico de Leiria.

2 — Ao concurso são admitidos candidatos que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Que estejam habilitados com o grau de licenciado em Design de Equipamento, Design do Produto, Design Industrial, Design opção Design Industrial ou Design opção Tecnologias para a Cerâmica, com informação final mínima de *Bom* (14 valores), conferido por universidades ou politécnicos portugueses ou por eles reconhecido ou considerado equivalente;
- b) Encontrar-se numa das situações previstas no n.º 2 do artigo 7.º e no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;
- c) Possuir uma relação jurídica de emprego público no ensino superior politécnico.

3 — Os candidatos deverão apresentar um requerimento de admissão ao concurso, dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Leiria, Rua do General Norton de Matos, apartado 4133, 2411-901 Leiria, donde deverão constar o nome completo, a filiação, a nacionalidade, a data e o local de nascimento, o estado civil, a residência actual, o número, data e validade do bilhete de identidade e o serviço de identificação que o emitiu, os graus académicos e as respectivas classificação finais.

4 — O requerimento deverá fazer-se acompanhar dos seguintes documentos:

- a) Bilhete de identidade ou pública-forma;
- b) Certificado do registo criminal;
- c) Documentos comprovativos de estarem nas condições exigidas pelos artigos 7.º e 18.º do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;
- d) Seis exemplares do *curriculum vitae* detalhado e assinado, do estudo elaborado, bem como de quaisquer outros documentos que provem as habilitações científicas e as publicações e documentos que facilitem a formulação de um juízo sobre as aptidões dos candidatos para o exercício do cargo a concurso.

5 — É dispensada a apresentação do documento referido na alínea b) do n.º 4 aos candidatos que declarem nos respectivos requerimentos, em alínea separada, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente ao conteúdo daquela alínea.

6 — As provas do concurso são as constantes do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

7 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

8 — Prazo de validade do concurso — para vagas a abrir no prazo de um ano.

13 de Novembro de 2003. — O Presidente, *Luciano Santos Rodrigues de Almeida*.

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Despacho n.º 23 058/2003 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Setembro de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a rescisão do contrato efectuado com a equiparada a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria Cristina Maria Ramalheira Araújo, nos termos da alínea b) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, com efeitos a partir de 11 de Outubro de 2003.

Por despacho de 8 de Setembro de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a rescisão do contrato efectuado com a equiparada a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Márcia de Jesus Gonçalves, nos termos da alínea b) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2003.

Por despacho de 5 de Setembro de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a rescisão do contrato efectuado com o equiparado a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Nuno José da Silva Trindade Duarte, nos termos da alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, com efeitos a partir de 8 de Setembro de 2003.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

Despacho (extracto) n.º 23 059/2003 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Julho de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a renovação da contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Emília Conceição Gomes Ferreira, como equiparada a assistente do 1.º triénio em regime de exclusividade, no período de 1 de Outubro de 2003 a 30 de Setembro de 2005.

Por despacho de 22 de Setembro de 2003 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Leiria, no uso de competências delegadas, foram autorizadas as contratações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria dos seguintes docentes:

Ana Marta Dias Crespo Pereira — como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial, 60 %, oito horas, no período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

Cátia Sofia Marques Cebola — como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral, no período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

Paulo Jorge Sousa Pinheiro — como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial, 40 %, cinco horas, no período de 1 de Outubro de 2003 a 30 de Setembro de 2004.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

Despacho (extracto) n.º 23 060/2003 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Julho de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Cláudio Miguel André de Sousa Jesus, como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial, 20 %, três horas, no período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

Por despacho de 17 de Julho de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Sílvia Maria Carriço dos Santos Monteiro, como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, no período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

Despacho (extracto) n.º 23 061/2003 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Julho de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a renovação da contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Fábio Miguel Campos Poeiras, como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (50 %, seis horas), no período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

Por despacho de 22 de Setembro de 2003 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Leiria, no uso de competências delegadas, foram autorizadas as contratações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria dos seguintes docentes:

Jorge Manuel Almeida Gomes da Costa — como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva, no período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

Maria da Graça Margarido Alves Pereira Greer — como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva, no período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

Despacho (extracto) n.º 23 062/2003 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Julho de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a renovação da contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Luís Filipe Barreira Antunes Bairrão como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (30 %, quatro horas), no período de 1 de Setembro de 2003 a 31 de Agosto de 2004.

Por despacho de 23 de Julho de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a renovação da contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Imaculada Concepcion Blanco Vales como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, no período de 15 de Setembro de 2003 a 14 de Setembro de 2004.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

Despacho (extracto) n.º 23 063/2003 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Julho de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a renovação da contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Rui Néilson Ferreira Vaz Alves como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, para o período de 1 de Setembro de 2003 a 31 de Agosto de 2005.

Por despacho de 12 de Setembro de 2003 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Leiria, no uso de competências delegadas, foi autorizada a contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Judite Catarina Sousa Ventura como encarregada de trabalhos, pelo período de seis meses, com início em 15 de Setembro de 2003.

Por despacho de 17 de Setembro de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Ana Isabel Gonçalves Mendes como equiparada a professora-adjunta, em regime de exclusividade, para o período de 21 de Outubro de 2003 a 20 de Outubro de 2004.

Por despacho de 22 de Setembro de 2003 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Leiria, no uso da competência delegada, foi autorizada a contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de António Miguel Gonçalves Martins Pimentel como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (60 % — oito horas), para o período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

Por despacho de 22 de Setembro de 2003 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Leiria, no uso da competência delegada, foi autorizada a renovação da contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Cláudia Sofia Nunes Valente como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, para o período de 1 de Outubro de 2003 a 30 de Setembro de 2004.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

Despacho (extracto) n.º 23 064/2003 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Setembro de 2003 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Leiria, no uso das competências delegadas, foram autorizadas as contratações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria aos seguintes docentes:

João Carlos Cunha da Cruz — como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (40 %), cinco horas, para o período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

António Alberto Teixeira do Amaral — como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (60%), oito horas, para o período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.
Amélia Rosa Ratinho Santos — como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (60%), oito horas, para o período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

Despacho (extracto) n.º 23 065/2003 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Setembro de 2003 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Leiria, no uso de competências delegadas, foi autorizada a contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Luís Filipe Fernandes Marcelino como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral, para o período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

Por despacho de 16 de Julho de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de António Manuel Quental Martins como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (20%, três horas), para o período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

Por despacho de 16 de Julho de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a renovação da contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de João Miguel Charrua de Sousa como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, para o período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

Despacho (extracto) n.º 23 066/2003 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Setembro de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foram autorizadas as renovações das contratações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria aos seguintes docentes:

André Fernando Serra Dias — como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva, no período de 1 de Outubro de 2003 a 30 de Setembro de 2004.

Miguel Monteiro Sousa Frade — como assistente do 2.º triénio, em regime de dedicação exclusiva, no período de 1 de Outubro de 2003 a 30 de Setembro de 2006.

Nélson das Neves Marques — como assistente do 2.º triénio, em regime de dedicação exclusiva, no período de 1 de Outubro de 2003 a 30 de Setembro de 2006.

Sílvia dos Santos Farraposo — como equiparada a professora-adjunta, em regime de dedicação exclusiva, no período de 1 de Outubro de 2003 a 30 de Setembro de 2005.

Sónia Maria Almeida Luz — como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva, no período de 1 de Outubro de 2003 a 30 de Setembro de 2004.

Por despacho de 17 de Setembro de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Olga Marina Freitas Craveiro, como equiparada a professora-adjunta, em regime de exclusividade, no período de 1 de Outubro de 2003 a 30 de Setembro de 2004.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

Despacho (extracto) n.º 23 067/2003 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Setembro de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foram autorizadas as renovações das contratações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria dos seguintes docentes:

Henrique Amorim Almeida — como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva, no período de 1 de Outubro de 2003 a 30 de Setembro de 2004.

Rui Adriano de Oliveira Carvalho — como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva, no período de 1 de Outubro de 2003 a 30 de Setembro de 2004.

Sérgio Pereira dos Santos — como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva, no período de 26 de Setembro de 2003 a 25 de Setembro de 2005.

Por despacho de 22 de Setembro de 2003 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Leiria, no uso da competência delegada, foram autorizadas as renovações das contratações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria dos seguintes docentes:

António Cordeiro Baptista Selada — como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo integral, no período de 1 de Outubro de 2003 a 30 de Setembro de 2005.

Adelino Gomes da Costa Cerva — como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (20%, três horas), no período de 1 de Outubro de 2003 a 29 de Fevereiro de 2004.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

Despacho (extracto) n.º 23 068/2003 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Setembro de 2003 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Leiria, no uso das competências delegadas, foram autorizadas as renovações das contratações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria dos seguintes docentes:

Célia Patrício Valente Oliveira — como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de exclusividade, no período de 25 de Setembro de 2003 a 24 de Setembro de 2005.

Liliana Marques Pimentel — como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, no período de 1 de Outubro de 2003 a 30 de Setembro de 2004.

Carlos Jorge Antunes Guiné — como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, no período de 1 de Outubro de 2003 a 31 de Maio de 2004.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Aviso n.º 12 676/2003 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 27.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 6 de Novembro de 2003, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, se encontra aberto concurso interno de acesso geral para recrutamento de um especialista de informática, grau 2, em regime de contrato administrativo de provimento ou comissão de serviço extraordinária, para os serviços centrais e unidades orgânicas que integram este Instituto.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para o provimento indicado e caduca com a sua efectivação.

3 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 97/2001, de 26 de Março, e 427/89, de 7 de Dezembro.

4 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se no distrito de Lisboa.

5 — Vencimento e condições de trabalho — o vencimento é o correspondente à respectiva categoria, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e regalias sociais, genericamente, as vigentes para os funcionários e agentes da Administração Pública.

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — Requisitos gerais — são requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

6.2 — Requisitos especiais — possuir quatro anos na categoria de especialista de informática, grau 1, com classificação de *Muito bom*, de acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, conjugado com o n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma legal.

7 — Métodos de selecção — no presente concurso serão utilizadas como métodos de selecção a prova de conhecimentos, com carácter eliminatório, a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção.

7.1 — Os programas das provas de conhecimentos gerais e específicos, aprovados pelos despachos n.ºs 13 381/99 (2.ª série) e 3/96-IPL encontram-se publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 162, de 14 de Julho de 1999, e 88, de 13 de Abril de 1996, respectivamente, que a seguir se transcrevem:

Programa da prova de conhecimentos gerais:

«1 — Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:

1.1 — Regime de férias, faltas e licenças;

1.2 — Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;

1.3 — Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;

1.4 — Deontologia do serviço público.

2 — Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto concurso.»

Programa da prova de conhecimentos específicos:

«1.1 — Estruturas básicas de informação.

1.2 — Planeamento e análise de sistemas de informação.

1.3 — Gestão de projectos informáticos.

1.4 — Sistemas de exploração e linguagens de programação.

1.5 — Telecomunicações e redes de comunicação de dados.

1.6 — Segurança e privacidade da informação.»

7.2 — A legislação e a bibliografia necessárias à sua realização são as seguintes:

Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro;

Despacho Normativo n.º 181/91, de 2 de Agosto;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março;

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;

Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;

Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro (CPA);

Carta Deontológica do Serviço Público.

8 — Na avaliação curricular serão consideradas e ponderadas, de acordo com a exigência da função, a habilitação académica de base, onde se ponderará a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida, a formação profissional, em que se ponderarão as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso, e a experiência profissional, em que se ponderará o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que é aberto, devendo ser avaliada, designadamente, pela sua natureza e duração.

9 — Na entrevista profissional de selecção serão ponderadas, nomeadamente, a facilidade de expressão, a capacidade de síntese, a motivação e adequação dos conhecimentos gerais ao conteúdo do lugar a prover.

10 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, da prova de conhecimentos e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — Classificação — a classificação final, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultará da classificação obtida na avaliação curricular, prova de conhecimentos e da entrevista profissional de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que, na classificação final, obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

12 — Apresentação das candidaturas:

12.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas, mediante requerimento, dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, registado e com aviso de recepção, expedido até ao último dia do prazo fixado para a entrega das candidaturas, para o Instituto Politécnico de Lisboa, Estrada de Benfica, 529, 1549-020 Lisboa, devendo dele constar os seguintes elementos:

- Nome, estado, residência, código postal, telefone, número e data do bilhete de identidade, bem como a entidade que o emitiu;
- Situação face à função pública, com a menção expressa da categoria detida, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
- Outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por se considerarem passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal;
- Menção do concurso a que se candidatam.

13 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

- Curriculum vitae detalhado, datado e assinado;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Certificado das habilitações literárias;
- Documentos comprovativos das acções de formação profissional e respectivas durações;
- Declaração, passada e autenticada pelos serviços a que se encontram vinculados, da qual constem, de forma inequívoca, a existência de vínculo à função pública, a actual categoria e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

f) Relatório pormenorizado especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupou nos últimos cinco anos e do qual conste a apreciação do superior hierárquico do candidato relativamente ao nível do desempenho demonstrado em cada uma das tarefas;

g) Outros elementos que o candidato considere relevante.

13.1 — Os candidatos do Instituto Politécnico de Lisboa e das suas unidades orgânicas são dispensados de apresentar os documentos que existam nos respectivos processos individuais.

13.2 — A não apresentação dos documentos exigidos nas alíneas e) e f) do n.º 13 determina a exclusão do concurso.

14 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas nas instalações dos serviços centrais do Instituto Politécnico de Lisboa.

15 — Em caso de dúvida, o júri poderá exigir aos candidatos a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

16 — Em tudo o não expressamente previsto no presente aviso, o concurso rege-se pelas disposições constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e demais legislação em vigor sobre a matéria.

17 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

18 — Constituição do júri — o júri tem a seguinte constituição:

Presidente — Licenciado António José Carvalho Marques, administrador do Instituto Politécnico de Lisboa.

Vogais efectivos:

Licenciada Graciete Pinto Correia, secretária do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Licenciado Vítor de Jesus Sousa Almeida, professor-adjunto do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Vogais suplentes:

Licenciado Pedro António Marques Ribeiro, equiparado a assistente do 2.º triénio do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Licenciado Luís Duarte de Lemos Simões Gomes, director de serviços dos serviços centrais do Instituto Politécnico de Lisboa.

19 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

20 — Garantia de igualdade de tratamento — nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, declara-se que, «em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

6 de Novembro de 2003. — O Administrador, *António José Carvalho Marques*.

Instituto Superior de Engenharia

Despacho n.º 23 069/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 21 de Outubro de 2003:

Licenciado Luís Mário Monteiro Lopes — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer funções como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, pelo período de dois anos, com início em 3 de Outubro de 2003. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana de Carvalho Viana Baptista*.

Despacho n.º 23 070/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 21 de Outubro de 2003:

Mestre Pedro Miguel Florindo Miguens Matutino — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, pelo período de dois anos, com início em 17 de Outubro de 2003. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana de Carvalho Viana Baptista*.

Despacho n.º 23 071/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 21 de Outubro de 2003:

Mestre Luís Filipe Graça Morgado — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo integral, pelo período de dois anos, com início em 27 de Setembro de 2003. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana Carvalho Viana Baptista*.

Despacho n.º 23 072/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 21 de Outubro de 2003:

Mestre Jorge Manuel Gomes da Silva — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer funções como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo integral, pelo período de dois anos, com início em 11 de Outubro de 2003. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana Carvalho Viana Baptista*.

Despacho n.º 23 073/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 21 de Outubro de 2003:

Licenciado João Pedro Barrigana Ramos da Costa — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral, pelo período de dois anos, com início em 17 de Outubro de 2003. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana Carvalho Viana Baptista*.

Despacho n.º 23 074/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 21 de Outubro de 2003:

Licenciado Nuno Miguel Machado Cruz — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral, pelo período de dois anos, com início em 17 de Outubro de 2003. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana Carvalho Viana Baptista*.

Despacho n.º 23 075/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 21 de Outubro de 2003:

Licenciado Pedro Miguel Amaral Ferreira Gama — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de encarregado de trabalhos, a tempo integral, pelo período de dois anos, com início em 11 de Outubro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana de Carvalho Viana Baptista*.

Despacho n.º 23 076/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 21 de Outubro de 2003:

Licenciado Júlio Walter Miguel Fernandes — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de equiparado a professor-adjunto, a tempo integral, pelo período de dois anos, com início em 24 de Outubro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana de Carvalho Viana Baptista*.

Despacho n.º 23 077/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 21 de Outubro de 2003:

Bacharel Eduardo Manuel dos Santos Nabais — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de encarregado de trabalhos, a tempo integral, pelo período de dois anos, com

início em 1 de Outubro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana de Carvalho Viana Baptista*.

Despacho n.º 23 078/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 21 de Outubro de 2003:

Bacharel Mário Jorge Cordeiro da Costa — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de encarregado de trabalhos, a tempo integral, pelo período de dois anos, com início em 1 de Setembro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana de Carvalho Viana Baptista*.

Despacho n.º 23 079/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 21 de Outubro de 2003:

Licenciado Jorge Manuel Grandão Lopes — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de equiparado a professor-adjunto, a tempo parcial (30%), pelo período de dois anos, com início em 3 de Setembro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana de Carvalho Viana Baptista*.

Despacho n.º 23 080/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 21 de Outubro de 2003:

Licenciada Ana Maria Brunhoso Pinto Berger — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo integral, pelo período de dois anos, com início em 25 de Outubro de 2003. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana de Carvalho Viana Baptista*.

Despacho n.º 23 081/2003 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 21 de Outubro de 2003:

Licenciado Alberto Jorge Afonso Pereira Rocha — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo integral, pelo período de dois anos, com início em 1 de Outubro de 2003. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Novembro de 2003. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana de Carvalho Viana Baptista*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DO PORTO

Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto

Aviso n.º 12 677/2003 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Novembro de 2003 da directora da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto:

Manuel José Brandão de Sá, técnico superior principal de biblioteca e documentação da Câmara Municipal de Matosinhos — nomeado, precedendo concurso interno de acesso geral, para a categoria de técnico superior principal da carreira de biblioteca e documentação do mapa de pessoal desta Escola, produzindo efeitos a partir da data da aceitação, ficando exonerado do lugar anterior a partir da mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Novembro de 2003. — A Directora, *Cristina Prudêncio*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Despacho (extracto) n.º 23 082/2003 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Mestre João Carlos Gonçalves — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do

1.º triénio, em regime de exclusividade, para o Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior Agrária, com início em 7 de Outubro de 2003, por dois anos, por urgente conveniência de serviço.

9 de Novembro de 2003. — O Administrador, *Mário Luís Guerra Sequeira e Cunha*.

Despacho n.º 23 083/2003 (2.ª série). — Por meu despacho de 11 de Novembro de 2003:

Mestre Margarida Maria Mendes de Barros Navarro de Meneses, docente efectiva da Escola EB 2/3 Senhora da Hora — nomeada, em comissão de serviço extraordinária, precedendo concurso, professora-adjunta da Escola Superior de Educação de Viseu, com efeitos à data da aceitação do lugar após a publicação do extracto no *Diário da República*.

11 de Novembro de 2003. — O Presidente, *João Pedro de Barros*.

Despacho n.º 23 084/2003 (2.ª série). — Por meu despacho de 11 de Novembro de 2003:

Mestre Alberto Cartagena da Gama Pereira, docente efectivo da Escola Secundária Alves Martins — nomeado, em comissão de serviço extraordinário, precedendo concurso, professor-adjunto da Escola Superior de Educação de Viseu, com efeitos à data da aceitação do lugar após a publicação do extracto no *Diário da República*.

11 de Novembro de 2003. — O Presidente, *João Pedro de Barros*.

CENTRO HOSPITALAR DA COVA DA BEIRA, S. A.

Despacho n.º 23 085/2003 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, S. A., de 4 de Novembro de 2003:

Dr. Pedro Monteiro Protásio — nomeado definitivamente, precedendo concurso, na categoria de assistente/assistente graduado de anesthesiologia, em regime de dedicação exclusiva, quarenta e duas horas semanais. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Novembro de 2003. — A Chefe de Divisão de Recursos Humanos, *Ormindá Sucena*.

CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, S. A.

Aviso n.º 12 678/2003 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, S. A., de 17 de Outubro de 2003:

Porcínia do Carmo Firmino, enfermeira graduada do quadro de pessoal do Centro Hospitalar do Médio Tejo, S. A., Unidade de Abrantes — autorizada a passagem ao regime de trabalho de tempo parcial, com a duração de vinte horas semanais, com início em 1 de Novembro de 2003. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Outubro de 2003. — O Presidente do Conselho de Administração, *Joaquim Nabais Esperancinha*.

HOSPITAL DE EGAS MONIZ, S. A.

Despacho n.º 23 086/2003 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Outubro de 2003 do conselho de administração do Hospital de Egas Moniz, S. A.:

Dr. Jacob Carlos Frischknecht, assistente de ortopedia do quadro de pessoal médico deste Hospital — autorizado a cessar o regime de dedicação exclusiva (quarenta e duas horas semanais), passando a horário completo (trinta e cinco horas semanais), a partir de 16 de Novembro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Novembro de 2003. — Pelo Presidente do Conselho de Administração, (*Assinatura ilegível*).

Despacho n.º 23 087/2003 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Novembro de 2003 do conselho de administração do Hospital de Egas Moniz, S. A.:

Lina Isabel Valente de Almeida Hasse Ferreira, enfermeira graduada do quadro de pessoal de enfermagem deste Hospital — autorizada

a cessar o regime de trabalho a tempo parcial de vinte e quatro horas semanais, passando a horário de tempo completo (trinta e cinco horas semanais), a partir de 1 de Novembro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2003. — Pelo Presidente do Conselho de Administração, (*Assinatura ilegível*).

HOSPITAL GERAL DE SANTO ANTÓNIO, S. A.

Despacho (extracto) n.º 23 088/2003 (2.ª série). — Por despacho da administradora de 30 de Junho de 2003, no uso de competência subdelegada, foi autorizada a atribuição do regime de horário acrescido aos profissionais de enfermagem a seguir indicados, com início em 1 de Junho de 2003 e com a duração provável de um mês:

Cuidados intensivos:

Maria Lurdes Pires Paz.
Nívardo Nuno Afonso Rodrigues.

Medicina A:

Maria Prazeres Fernandes.
Palmira Ribeiro Oliveira Silva.

3 de Novembro de 2003. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte*.

Despacho (extracto) n.º 23 089/2003 (2.ª série). — Por despacho da administradora de 25 de Agosto de 2003, no uso de competência subdelegada, foi autorizada a atribuição do regime de horário acrescido aos profissionais de enfermagem do serviço de UCIP a seguir indicados, com início em 1 de Setembro de 2003 e com a duração provável de um mês:

Carla Alexandra Hora Costa.
Fernanda Manuel Ferreira Nunes.
Manuel Rocha Sousa Saraiva.
Maria Fátima Monteiro Manuel.
Maria José Lage.
Maria José Nunes.
Sara Leitão Almeida.
Susana Alexandra Gouveia.
Susana Conceição Ferreira Pinto.

5 de Novembro de 2003. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte*.

Despacho (extracto) n.º 23 090/2003 (2.ª série). — Por despacho da administradora de 30 de Setembro de 2003, no uso de competência subdelegada:

José Nelson Correia Franco, profissional de enfermagem do serviço de UCIP — autorizada a atribuição do regime de horário acrescido, com início em 1 de Agosto de 2003 e com a duração provável de um mês.

5 de Novembro de 2003. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte*.

Despacho (extracto) n.º 23 091/2003 (2.ª série). — Por despacho da administradora de 29 de Julho de 2003, no uso de competência subdelegada, foi autorizada a atribuição do regime de horário acrescido aos profissionais de enfermagem a seguir indicados do bloco operatório central, com início em 1 de Junho de 2003 e com a duração provável de um mês:

Catarina Fátima Vidal Silva.
Daniel Portela Cunha.
Fernando Manuel Sales Gomes.
Hermínia Celeste Ribeiro.
Lúcia Maria Silva Rocha.
Luísa Maria Silva Soares.
Luzia Conceição Silva Barros.
Manuel José Gião Valente.
Maria Augusta Sousa Pimenta.
Maria Jesus Luís.
Maria Lúcia Pinto Teixeira.
Maria Teresa Reis Castro.

5 de Novembro de 2003. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte*.

Despacho (extracto) n.º 23 092/2003 (2.ª série). — Por despacho do administrador de 11 de Agosto de 2003, no uso de competência subdelegada, foi autorizada a atribuição do regime de horário acrescido aos profissionais de enfermagem a seguir indicados:

Com início a 1 de Agosto de 2003 e com a duração provável de um mês:

Serviço de cirurgia 1:

Maria Isabel Rodrigues Valente.

Com início a 1 de Setembro de 2003 e com a duração provável de um mês:

Bloco operatório central:

Élia Susana Custódio Silva.

Luzia da Conceição Silva Barros.

5 de Novembro de 2003. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte*.

Despacho (extracto) n.º 23 093/2003 (2.ª série). — Por despacho da administradora de 28 de Julho de 2003, proferido no uso de competência subdelegada, foi autorizada a atribuição do regime de horário acrescido aos profissionais de enfermagem a seguir indicados:

Com início em 1 de Agosto de 2003 e com a duração provável de um mês:

Centro de endoscopia:

Fernanda Maria Carvalho Ribeiro.

Manuel Marques Silva.

Maria Celeste Silva Ribeiro.

Maria Helena Garcez Moreira.

Paula Cristina Freitas Pereira Caldas.

Serviço de cirurgia 1:

Ana Maria Martins Santos Ramalhão.

Ana Maria Rodrigues Gomes.

Cristina Maria Baptista Borges.

Lara Patrícia Espírito Santo Martins Régua.

Manuel António Ribas Moura.

Márcia Maria Pinto Moreira.

Marco Aurélio Nunes Corrêa Régua.

Maria Dores Vieira Leite.

Maria Salomé Neves Silva.

Serviço de cirurgia 2-B:

Ana Cristina Pita Nascimento.

Carlos Jorge Pinto Ferreira.

Carolina Matilde Letra Afonso.

Domingos Silva Ferreira.

Maria Conceição Tavares Neves Marques.

Maria Eduarda Barros Meneses.

Maria Fátima Nascimento.

Maria Henriqueta Rodrigues Lopes.

Maria Joaquina Alves Pereira.

Maria Manuela Cardoso Lopes Trigo.

Serviço de endocrinologia:

Ana Amélia Monteiro.

Edina Conceição Cardoso.

Florida Argentina Monte.

Idalina Mota Perdígão.

Maria Adriana Martins.

Serviço de medicina A:

Ana Carla Santos Nunes.

Ana Cristina Santos.

Celestino Manuel Sousa Oliveira.

Helena Maria Alves Santos Gomes.

Maria Fátima Carvalho Almeida.

Serviço de medicina 1-D:

Alberto Oliveira Gomes.

Paulo Alexandre Silva Pinto Santiago.

Sandra Martins Pereira.

Serviço de nefrologia:

Albertina Anjos Carmo Lopes Barata.

Graziela Aurora Conceição Santos.

Maria Adelaide Alves Lourenço Vaz.
 Maria Amélia Costa Magalhães.
 Maria Irene Rodrigues Costa Duarte.
 Maria Isabel Cunha Sena Lopes.
 Maria Luísa Morais Linhas Dias.
 Maria Olívia Nunes Nascimento Santo.
 Miguel Fernando Pereira Sousa.
 Paulo Joaquim Alexandre Pinheiro.
 Susana Maria Rodrigues Rios Oliveira.

Serviço de UCIP:

Arminda Maria Lima Moreira.
 Carla Alexandra Hora Costa.
 Cármen Leite Machado.
 Eva Maria Sousa Silva.
 Fátima Maria Machado Silva.
 Hugo Miguel Oliveira Tavares.
 Joana Cláudia Vieira Branco.
 Maria Filomena Jesus Gomes Alves.
 Maria Jesus Couto Malheiro.
 Maria José Almeida Teixeira Nunes.
 Maria José Silva Lage.
 Marta Helena Soares Trindade.
 Mónica Conceição Pereira Correia.
 Paula Cristina Ribeiro Soares.
 Rosa Maria Linhares Nascimento.
 Susana Conceição Ferreira Pinto.
 Vítor Paulo Oliveira Gomes.

Serviço de urologia:

Anatólia Rodrigues Fonseca Borges.
 Cristina Fernandes.
 Floriana Augusto Peixoto Carvalho.
 Maria Dores Vieira Ventura Sousa Sousa.
 Maria Fernanda Araújo.
 Paulo Jorge Ferreira Amaral.
 Pedro Afonso Pires.

Com início em 1 de Agosto e com a duração provável de dois meses:

Serviço de urgência:

Alzira Conceição Vieira Gonçalves.
 Ana Gomes Silva.
 Ana Isabel Medeiros Freitas.
 Ana Marisa Gonçalves Nunes.
 Arminda Olímpia Reis Silva.
 Armando Guimarães Monteiro.
 Carla Adelaide Lei Sousa.
 Carla Alexandra Ribeiro Graça Cardoso.
 Carla Manuela Bernardo Machado.
 Catarina Alexandra Mesquita Borges Frias.
 Clementina Conceição Oliveira Sousa.
 Domingos José Leitão Dieguez.
 Emídio Lemos Cunha.
 Joana Cláudia Silva Ribeiro.
 José Joaquim Pereira Silva.
 Lucinda Neves Afonso Roque Leal.
 Manuel Fernando Ribeiro Silva.
 Maria Adelaide Costa Oliveira.
 Maria Alice Sousa Miranda.
 Maria Filomena Leite Martins Ribeiro.
 Maria Helena Ribeiro Guimarães.
 Maria Isabel Vides Coelho.
 Marinha Eduarda Sousa.
 Marinha Eduarda Sousa Martins Silva.
 Mário António Gonçalves Oliveira.
 Mónica Elisa Vieira Cardoso.
 Nelson Gouveia Costa.
 Palmira Maria Bernardes Gouveia.
 Rui Ângelo Silva Carneiro.
 Sebastião Carvalho Pereira Sousa.
 Susana Isabel Vilares Ramos Duarte.

Com início em 1 de Agosto e com a duração provável de três meses:

Anselmo Oliveira Madureira.
 António Augusto Lopes.
 José António Pinto Bacelar Fraga.

Com início em 1 de Setembro e com a duração provável de um mês:

Serviço de cuidados intensivos:

Maria do Carmo Piedade Santos Silva.
Celina Maria Preto Veiga.
Maria Manuela Neves Oliveira.

5 de Novembro de 2003. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte*.

Despacho (extracto) n.º 23 094/2003 (2.ª série). — Por despacho do administrador de 14 de Agosto de 2003, no uso de competência subdelegada, foi autorizada a atribuição do regime de horário acrescido aos profissionais de enfermagem a seguir indicados, com início em 1 de Setembro de 2003 e com a duração provável de um mês:

Serviço de endocrinologia:

Ana Amélia Monteiro.
Idalina Mota Perdigão.
Maria Adriana Martins.
Maria Manuela Inácia Antónia.

Bloco ambulatório:

Elvira Manuela Pinho Ferreira Almeida.
Maria Alcina Mendes Oliveira.
Maria Glória Carvalho Teixeira.
Paula Cristina Almeida Afonso.

Centro de endoscopia:

Fernanda Maria Carvalho Ribeiro.
Manuel Marques Silva.
Maria Celeste Silva Ribeiro.
Maria Helena Garcez Moreira.
Paula Cristina Freitas Pereira Caldas.

Serviço de cirurgia 1:

Ana Maria Rodrigues Gomes.
Cristina Maria Baptista Borges.
Hélder António Carneiro Barbosa.
Isabel Maria Rodrigues Valente.
Lara Patrícia Espírito Santo Martins Régua.
Manuel António Ribas Moura.
Manuel Moreira Rocha.
Márcia Bernardete Oliveira Rocha.
Marco Aurélio Nunes Correa Régua.
Margarida Maria Benigno Porto.
Maria Lurdes Cunha Pereira.
Pedro Miranda Lourenço Pimenta.

Serviço de UCIP:

Arminda Maria Lima Moreira.
Cármem Leite Machado.
Fátima Maria Machado Silva.
José Nelson Correia Franco.
Marta Helena Soares Trindade.
Mónica Conceição Pereira Correia.
Paula Cristina Ribeiro Soares.
Paulo Manuel Dias Azevedo.
Rosa Maria Linhares Nascimento.
Rui Paulo Albuquerque Vieira.
Sónia Maria Ribeiro Sousa.
Vítor Paulo Oliveira Gomes.

5 de Novembro de 2003. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte*.

HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, S. A.

Deliberação (extracto) n.º 1773/2003. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, S. A., Barreiro, de 30 de Outubro de 2003:

Diamantina Maria Matos Branco Vasconcelos, técnica de 1.ª classe de anatomia patológica, citológica e tanatológica do Hospital de

São Francisco Xavier — autorizada a acumulação de funções neste Hospital, em dezanove horas semanais, com efeitos a 10 de Novembro de 2003.

10 de Novembro de 2003. — A Administradora Executiva, *Izabel Pinto Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 23 095/2003 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, S. A., Barreiro, de 23 de Outubro de 2003:

Ana Paula Rodrigues Messias Santos, auxiliar de acção médica do quadro de pessoal deste Hospital — exonerada, a seu pedido, com efeitos a 1 de Outubro de 2003.

5 de Novembro de 2003. — A Administradora Executiva, *Izabel Pinto Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 23 096/2003 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração de 30 de Outubro de 2003:

Ana Maria Gomes Pereira Santos Guerreiro, auxiliar de acção médica, escalão 6, índice 185, do quadro de pessoal deste Hospital — nomeada definitivamente, na sequência de concurso interno de acesso limitado, encarregada de sector, área de acção médica, do Departamento da Mulher e da Criança do quadro de pessoal deste Hospital, escalão 1, índice 239, ficando exonerada do lugar anterior com efeitos à data de aceitação.

5 de Novembro de 2003. — A Administradora Executiva, *Izabel Pinto Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 23 097/2003 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração deste Hospital de 30 de Outubro de 2003:

Maria Isabel Pereira Ventura Almeida, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Hospital — autorizado o regime de horário acrescido de quarenta e duas horas semanais com efeitos a partir de 6 de Outubro de 2003.

6 de Novembro de 2003. — A Administradora Executiva, *Izabel Pinto Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 23 098/2003 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde de 6 de Outubro de 2003, após anuência do conselho de administração deste Hospital e da Secretária Regional dos Assuntos Sociais de 24 de Fevereiro de 2003, foi autorizada a transferência da auxiliar de acção médica do quadro de pessoal do Centro Hospitalar do Funchal Graça Maria Santos Faria Gouveia para o quadro de pessoal do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, S. A., Barreiro, com efeitos a 10 de Dezembro de 2002.

6 de Novembro de 2003. — A Administradora Executiva, *Izabel Pinto Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 23 099/2003 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração deste Hospital de 14 de Agosto de 2003:

Anabela Alves Malacuto Costa Ruivo, enfermeira graduada no quadro de pessoal deste Hospital — autorizado o regime de horário acrescido de quarenta e duas horas semanais com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2003.

7 de Novembro de 2003. — A Administradora Executiva, *Izabel Pinto Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 23 100/2003 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração de 30 de Outubro de 2003:

Maria Helena Correia Cardoso Vieira, auxiliar de acção médica principal, escalão 6, índice 249, do quadro de pessoal deste Hospital — nomeada definitivamente, na sequência de concurso interno de acesso limitado, encarregada de sector, área de acção médica, do Departamento de Medicina e de Psiquiatria e Saúde Mental do quadro de pessoal deste Hospital, escalão 4, índice 264, ficando exonerada do lugar anterior com efeitos à data de aceitação.

5 de Novembro de 2003. — A Administradora Executiva, *Izabel Pinto Monteiro*.

HOSPITAL DE SANTO ANDRÉ, S. A.

Deliberação (extracto) n.º 1774/2003. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Santo André, S. A., de 5 de Novembro de 2003:

António João de Azevedo Alves Diniz, assistente de imagiologia deste Hospital — exonerado, a seu pedido, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2003. — O Administrador, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

Deliberação (extracto) n.º 1775/2003. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Santo André, S. A., de 5 de Novembro de 2003:

Maria Helena Fernandes Gomes de Abreu Torres, técnica de diagnóstico e terapêutica de 1.ª classe, área de farmácia, deste Hospital — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica principal de farmácia com efeitos à data da aceitação da nomeação, ficando exonerada da anterior categoria a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2003. — O Administrador, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

Rectificação n.º 2232/2003. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 28 de Outubro de 2003, a deliberação (extracto) n.º 1659/2003, rectifica-se que onde se lê:

«Belmiro da Conceição Mendes Alexandre — de 19 de Junho a 13 de Agosto a 10 de Setembro de 2000.

[...]

Natalina da Silva Gomes — de 19 de Junho a 13 de Agosto.

Susete Maria Domingues Chasqueira — de 19 de Junho a 31 de Agosto, de 6 de Agosto a 8 de Agosto e de 17 de Agosto a 10 de Setembro de 2000.»

deve ler-se:

«Belmiro da Conceição Mendes Alexandre — de 19 de Junho a 13 de Agosto e de 16 de Agosto a 10 de Setembro de 2000.

[...]

Natalina da Silva Gomes — de 19 de Junho a 13 de Agosto de 2000.

Susete Maria Domingues Chasqueira — de 19 de Junho a 10 de Setembro de 2000.»

10 de Novembro de 2003. — O Administrador, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

Rectificação n.º 2233/2003. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252, de 30 de Outubro de 2003, o despacho (extracto) n.º 20 973/2003, rectifica-se que onde se lê «Maria de Lurdes Pereira da Silva de Almeida Coelho [...] autorizada a redução de horário de quarenta e uma horas semanais» deve ler-se «Maria de Lurdes Pereira da Silva de Almeida Coelho [...] autorizada a redução de horário para quarenta e uma horas semanais».

10 de Novembro de 2003. — O Administrador, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

Rectificação n.º 2234/2003. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 28 de Outubro de 2003, a deliberação (extracto) n.º 1660/2003, rectifica-se que onde se lê «Maria Elisabete Ferreira Monteiro de Moura — de 19 de Junho a 8 de Outubro de 2000 e de 14 de Outubro de 2000 a 25 de Fevereiro de 2001.» deve ler-se «Maria Elisabete Ferreira Monteiro de Moura — de 19 de Junho a 12 de Outubro de 2000 e de 14 de Outubro de 2000 a 25 de Fevereiro de 2001.».

10 de Novembro de 2003. — O Administrador, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

Rectificação n.º 2235/2003. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 28 de Outubro de 2003, a deliberação (extracto) n.º 1661/2003, rectifica-se que onde se lê «Luísa Rosa Confraria — de 1 de Julho a 16 de Agosto de

2000» deve ler-se «Luísa Rosa Confraria — de 1 de Julho a 28 de Agosto de 2000».

10 de Novembro de 2003. — O Administrador, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

HOSPITAL DE SÃO BERNARDO, S. A.

Despacho (extracto) n.º 23 101/2003 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração de 6 de Novembro de 2003:

Eva Liliana Ribeiro Tanqueiro, enfermeira graduada — concedida equiparação a bolseiro, nos termos do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, a tempo parcial, durante os períodos lectivos, com início em 14 de Outubro de 2003. (Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Novembro de 2003. — O Presidente do Conselho de Administração, *A. Reis Oliveira*.

HOSPITAL DE SÃO FRANCISCO XAVIER, S. A.

Aviso n.º 12 679/2003 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 15 de Outubro de 2003:

Dr. José Júlio Castelo Branco Cunha, assistente eventual de ginecologia/obstetria — autorizada a prorrogação por mais um ano com contrato administrativo de provimento, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/98 e despacho anterior sobre o assunto do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, com efeitos a 6 de Janeiro de 2004. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

5 de Novembro de 2003. — O Vogal do Conselho de Administração, *António Teixeira*.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA FRANCISCO GENTIL — CENTRO REGIONAL DE ONCOLOGIA DE COIMBRA, S. A.

Deliberação n.º 1776/2003. — Por deliberação de 10 de Outubro de 2003 do conselho de administração deste Centro:

João Carlos da Silva Freitas, enfermeiro em regime de contrato administrativo de provimento neste Centro — autorizada, a seu pedido, a rescisão do contrato a partir de 17 de Novembro de 2003.

11 de Novembro de 2003. — O Administrador Hospitalar, *Carlos Gante*.

Deliberação n.º 1777/2003. — Por deliberações do conselho de administração deste Centro:

De 9 de Setembro de 2003:

Ana Cristina Vicente Seabra Cardoso Teles, assessora da carreira técnica superior de saúde, ramo de farmácia, do quadro deste Centro — autorizada a praticar o regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) a partir de 1 de Novembro de 2003, pelo período de um ano.

De 30 de Outubro de 2003:

Jacinto Malva Oliveira, enfermeiro especialista, nível 2, do quadro deste Centro — autorizado a praticar o regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) a partir de 3 de Novembro de 2003, pelo período de seis meses.

De 3 de Novembro de 2003:

Maria do Carmo Pereirinha Vaz Flores, enfermeira especialista, nível 2, do quadro deste Centro — autorizada a praticar o regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) a partir de 3 de Novembro de 2003, pelo período de seis meses.

11 de Novembro de 2003. — O Administrador Hospitalar, *Carlos Gante*.

AVISO

1 — Os preços dos contratos de assinaturas do *Diário da República* em suporte de papel variam de acordo com a data da subscrição e 31 de Dezembro, pelo que deverá contactar as livrarias da INCM ou a Secção de Assinaturas (v. n.º 5). A INCM não se obriga a fornecer os números anteriormente publicados.

2 — Não serão aceites pedidos de anulação de contratos de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.

3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de contrato de assinatura que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.

4 — A efectivação dos pedidos de contratos de assinaturas, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas livrarias.

5 — Toda a correspondência sobre contratos de assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa (fax: 213945750; e-mail: assinaturas.dr@incm.pt).

Preços para 2003

(Em euros)

BUSCAS/MENSAGENS (IVA 19%) ¹	
E-mail 50	15
E-mail 250	45
E-mail 500	75
E-mail 1000	140
E-mail+50	25
E-mail+250	90
E-mail+500	145
E-mail+1000	260

ACTOS SOCIETÁRIOS (IVA 19%)	
100 acessos	22
250 acessos	50
500 acessos	90
Número de acessos ilimitados até 31-12 ...	550

CD-ROM 1.ª série (IVA 19%)		
	Assinante papel ²	Não assinante papel
Assinatura CD mensal	176	223
CD histórico (1970-2001)	615	715
CD histórico (1970-1979)	230	255
CD histórico (1980-1989)	230	255
CD histórico (1990-1999)	230	255
CD histórico avulso	68,50	68,50

INTERNET (IVA 19%)	
1.ª, 2.ª e 3.ª séries (concursos públicos)	Preços por série
100 acessos	120
200 acessos	215
300 acessos	290

¹ Ver condições em <http://www.incem.pt/servlets/buscas>.

² Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTES NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

€ 2,40



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dr.incem.pt>
Correio electrónico: dre@incem.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50



INCM

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LIVRARIAS

- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 — 3800-040 Aveiro
Forca Vouga
Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 50 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
Telef. 21 324 04 07/8 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Avenida de Roma, 1 — 1000-260 Lisboa
Telef. 21 840 10 24 Fax 21 840 09 61
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29